

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA
– SEPLAN
COORDENAÇÃO ESTADUAL DOS TERRITÓRIOS – CET
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO
VELHO CHICO - CODETER**

**PLANO TERRITORIAL DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
SOLIDÁRIO DO VELHO CHICO**

**BAHIA
4ª Edição – 2018**

Parceria na Construção do Plano

Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial – NEDET/IFBAIANO/TVC
Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia – SEPLAN
Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR
Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR

Instâncias Territoriais

Conselho de Desenvolvimento do Território Velho Chico - CODETER
Coordenação Executiva - CE
Núcleo Técnico – NT
Câmara Temática de ATER
Câmara Temática de Cultura
Câmara Temática de Educação
Câmara Temática de Mulheres
Câmara Temática de Apicultura
Câmara Temática de Acesso à Terra
Câmara Técnica de Juventude

Coordenação Executiva

Alexsandro de Souza Teixeira - ASCONTEC
Dermeval Gervásio de Oliveira - FUNDIFRAN
Ivani Pereira Santos - BAHATER
Jani Conceição Ferreira de Oliveira - SINTRAF/Oliveira dos Brejinhos
José Nicolau Teixeira Leite – Prefeitura Municipal de Muquém
José Nivaldo Santana Costa - AECOFABA
Lourivaldo Soares dos Santos - STTR/Paratinga
Ronilson Nogueira de Oliveira – COOPAMESF

Agente de Desenvolvimento Territorial - SEPLAN

Rubens Nogueira Pires

Representante Territorial de Cultura - SECULT

João Pereira de Souza Filho

Assistente Territorial - CAR

Gilmário dos Santos Mendes

Consultores Estaduais

...

Revisão do Plano

Cléber Eduão

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO
PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

CAPÍTULO 1 – DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO

ASPECTOS HISTÓRICOS
ASPECTOS GEOAMBIENTAIS
ASPECTOS DEMOGRÁFICOS
ASPECTOS ECONÔMICOS
ESTRUTURA AGRÁRIA
INFRAESTRUTURAS SOCIAIS
ASPECTOS CULTURAIS
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
VISÃO DE FUTURO
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PLANO

CAPÍTULO 2 - EIXOS AGLUTINADORES DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

MATRIZ DE OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E METAS
AÇÕES PRIORITÁRIAS

CAPÍTULO 3 – GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PTDSS

CONSIDERAÇÕES
REFERÊNCIAS
ANEXO I – PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS DO VELHO CHICO
ANEXO II – REGIMENTO INTERNO DO CODETER
ANEXO III – TERMO DE ADESÃO E COMPROMISSO

Águas dos Afluentes

O amor é um afluente
Desaguando na bacia
Barco de flor e semente
Navega a noite e de dia
É uma luz na correnteza
Que faz jus à boniteza
Beija vales, serranias.

Afluente é uma ponte
Que liga o verso à canção
Desbravador de horizontes
Irigador do sertão
Navegador das paragens
Traz a força nas bagagens
Enxurradas pra Chicão

Jequitai, Urucuia
Paraopeba, Indaió
Paramirim, Rio Corrente,
Carinhonha, Abaeté
Paracatu, Rio das Velhas
Preto, Grande, Jacaré.

(A Facebook do Poema, Cléber Eduão, 2017, p. 103)

APRESENTAÇÃO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário - PTDSS é o instrumento orientador das estratégias e intervenções no Território, tendo como objetivo primeiro facilitar a articulação e a implementação de programas e projetos que viabilizem o desenvolvimento sustentável do Velho Chico. Essa 4ª edição do Plano foi pensada para os próximos oito anos e é resultado de um amplo processo de sensibilização, mobilização e construção coletiva e vem contemplar a decisão dos Governos Federal e Estadual na democratização e universalização do acesso às políticas públicas, numa perspectiva de gestão social participativa e compartilhada.

A metodologia utilizada na atualização e qualificação deste documento pautou-se na participação coletiva e democrática de todos os atores sociais envolvidos no processo, buscando sempre propiciar uma reflexão crítica sobre a realidade, de modo que as propostas fossem direcionadas à transformação e melhoria na qualidade de vida nas comunidades rurais e população em geral.

Foram realizadas oficinas e reuniões para atualização de informações, discussão e priorização de programas e projetos no Plano, de maneira que todos puderam expor e argumentar seus pontos de vistas, prevalecendo no final o consenso e definição de diretrizes e linhas de ação voltadas para o desenvolvimento sustentável do Território. Todas as oficinas e encontros realizados a partir de 2011 estiveram voltados para sintonizar as ideias dos atores sociais do Território com a proposta de atualização de todas as edições do Plano.

Este documento sintetiza e destaca as características mais marcantes do território, integrado por dezesseis municípios: Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Matina, Malhada, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato.

Na primeira parte, o diagnóstico revela a realidade regional nos seus mais diversos aspectos: históricos, geográficos, sociais, políticos, ambientais, econômicos e culturais, e discorre sobre as potencialidades e limitações do Território. O diagnóstico é o retrato detalhado e crítico das intervenções humanas e as suas consequências; significa, em outras palavras, a fotografia atual da realidade do Velho Chico.

Na segunda parte estão expressos a Matriz de Objetivos, as Estratégias e as Metas, a partir dos Eixos Estratégicos necessários para se alcançar as mudanças desejadas pelo conjunto da população do Território, identificando políticas públicas voltadas para implementação do desenvolvimento territorial. Todas as ações estão direcionadas para fortalecer redes, dinamizar economias e empoderar social e culturalmente as comunidades e atores territoriais, conforme as áreas estratégicas priorizadas pela SDT.

A elaboração do PTDSS contou com a colaboração do CODETER, Núcleo Executivo, Núcleo Técnico, Assessores Territoriais e com a Rede de Entidades de ATER as Câmaras Temáticas de ATER, Educação, Cultura, Acesso a Terra, Apicultura e Mulheres.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A qualificação deste documento é resultado do processo de avaliação da última versão (3ª edição, 2015) do Plano Territorial, das oficinas de planejamento e qualificação, das reuniões temáticas e da análise de documentos gerados a partir de 2010 (1ª edição), das conferências territoriais e relatórios de avaliação das ações programadas e executadas. Os resultados obtidos com as análises foram apreciados pelo CODETER e juntamente com as organizações parceiras e os atores sociais envolvidos na discussão.

Utilizou-se o DRP e dentre as ferramentas existentes, optou-se pelo Mapa e a FOFA. O Mapa por ser a técnica que consiste na construção de um mapa do município com objetivo de obter uma visualização espacial dos recursos naturais, infraestruturas, uso da terra, localização dos equipamentos sociais e dos empreendimentos da agricultura familiar e dos grupos de mulheres. A FOFA por ser uma técnica que permite a organização das informações coletadas, uma avaliação participativa e uma construção de estratégias para a superação dos entraves.

Essas ferramentas permitem desenvolver nos trabalhadores e trabalhadoras um olhar mais criterioso sobre a realidade vivenciada na busca por soluções dos seus problemas de forma direta e objetiva, com o compromisso de um projeto de mudança que viabilize o fortalecimento das estruturas produtivas e organizativas, e no fortalecimento do papel dos atores sociais como sujeitos políticos.

As bases para as análises utilizadas foram os dados oficiais do SEI, IBGE, IES e programas e projetos implementadas pelos governos estadual e federal. Ressalta-se que foram priorizados alguns indicadores por serem significativos para a concretização da análise sobre o desenvolvimento territorial, com base na política oficial do MDA/SEPLAN. A sistematização seguiu os critérios dos eixos agrupados por estratégias, metas e objetivos. Após a sistematização, em plenária territorial, se procedeu à análise e aprovação da 4ª edição deste documento.

CAPÍTULO 1 – DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO

ASPECTOS HISTÓRICOS

Em 4 de outubro de 1501 os portugueses chegaram ao Rio São Francisco, chamado pelos índios de Opará, rio que vai dar no mar. Quando a Coroa dividiu o Brasil em Capitanias Hereditárias, a região do Vale do São Francisco passou a pertencer às Capitanias de Pernambuco (margem esquerda) e Bahia (margem direita). Neste período, o Vale do São Francisco foi ocupado por duas grandes famílias que, estabelecidas no território baiano, formaram dois imensos impérios de terras, poder político e de polícia. A primeira família foi a de Garcia d'Ávila, que chegou à Bahia em março de 1549 na comitiva de Tomé de Souza, constituindo o seu morgado na Casa da Torre, em Salvador. Partindo da Bahia, essa família expandiu os seus domínios para o Sergipe, Piauí, Ceará e Maranhão, espalhando fazendas de gado por todo o vale, pelo lado esquerdo do Rio São Francisco até Sento Sé e pelo lado direito até Carinhanha.

A segunda família latifundiária surgiu a partir da distração da Casa da Torre, pois não conseguia fiscalizar o seu imenso latifúndio. Quando seus integrantes perceberam, Antônio Guedes de Brito – mestre de campo, já havia montado oito currais de gado no Sertão da Bahia e titulado aquelas terras em seu nome. Estabeleceu no Morro do Chapéu o Quartel General, com o nome de Casa da Ponte, rival da Casa da Torre. A avidez por terra destas duas famílias não conhecia limites. Por causa de suas conquistas receberam da Coroa muitos privilégios, sesmarias, capitanias hereditárias, títulos honoríficos, postos de comando, patentes.

Segundo dados da pesquisa do GeografAR, o Vale do São Francisco começou a ser desbravado em 1553, quando tiveram início as “entradas” para o interior da colônia, orientadas à obtenção de mão-de-obra escrava para o trabalho nos canaviais e engenhos, mais tarde, fortalecida pelo interesse na exploração das riquezas minerais que começavam a ser descobertas. A ocupação colonial ocorreu a partir do começo do século XVII e foi ligado à expansão da atividade

pecuária.

A conquista foi realizada basicamente pela iniciativa privada, não constituindo um processo contínuo, seja devido à resistência indígena ou à vastidão dos sertões que dificultava a sobrevivência em tão inóspita área. Assim, as frentes pioneiras partiram dos limites paulista e baiano em direção ao Brasil central, alcançando a bacia do rio São Francisco, em seus cursos, alto e médio. Rapidamente o Vale do São Francisco viu-se transformado em área de colonização, baseado na criação extensiva de gado, atividade que, muito antes de subordinar-se às condições físicas regionais, articulava-se aos objetivos coloniais canavieiros nas áreas litorâneas.

Com a descoberta de minas no Alto São Francisco, a economia de todo o vale teve um grande impulso, sendo que as minas passaram a constituir um atrativo mercado de demanda para o gado. A corrida para as minas determinou o surgimento de vários núcleos de povoamento em toda extensão do vale, constituídos em torno dos “currais” ao longo do rio. Estes núcleos foram responsáveis pelo estabelecimento de ativos mercados de gado e de produtos vegetais que serviram, posteriormente, como pontos de escoamento para os principais centros urbanos do Norte, Nordeste e Sul da colônia. Até fins do século XVII, o gado constituiu a base da riqueza regional. Por outro lado, o rio São Francisco, pela sua localização entre a região aurífera e a capital da colônia (Salvador), desempenhou o papel de grande caminho. Este fato lhe atribuiu a denominação de rio da “integração nacional”. Mais tarde, com a mudança da capital para o Rio de Janeiro (1763) e o esgotamento da produção aurífera, o impulso inicial de colonização da área se viu arrefecido. Assim, o comércio de Minas voltou-se para o mar, o rio perdeu o papel de grande caminho e a região do Médio São Francisco sofreu um retrocesso, embora o rio mantivesse durante muito tempo um papel importante na comunicação nacional.

Em 1872, tem início a navegação à vapor a partir do cargueiro Saldanha Marinho, cuja importância só diminuiria com a tardia integração do espaço nacional por via terrestre. “Desde cedo o rio São Francisco canalizou fluxos

migratórios da região para São Paulo, principalmente como consequência das secas periódicas que assolavam a região”. O Médio São Francisco foi uma zona de fortes coronéis e um dos lugares onde este fenômeno mais se prolongou no tempo. Além do isolamento e do tipo de colonização, os fenômenos do mandonismo e da violência estão diretamente associados à concentração da posse da terra. Uma região que se fechou sobre si mesma, desenvolvendo uma cultura local com tipos sociais característicos, como o cabra, o coronel, o cangaceiro, o vaqueiro, o barqueiro, o pescador e outros, que muitas vezes se confundiam numa mesma pessoa, de acordo às circunstâncias e às necessidades. O processo de ocupação do Território ocorreu em períodos distantes, sendo que a data de criação de vários municípios se deu no século passado, como no caso de Bom Jesus da Lapa e outros que originaram os atuais.

Mapa da Legislação Político-Administrativa e Regional, Bahia 2002

Municípios	Data da Criação	Data da Lei Vigente
Barra	05/12/1752	10/2/1954
Bom Jesus da Lapa	18/09/1890	10/02/1954
Brotas de Macaúbas	16/07/1878	10/02/1954
Carinhanha	06/07/1832	11/02/1954
Feira da Mata	24/02/1989	26/02/1989
Ibotirama	14/08/1958	15/08/1958
Igaporã	25/05/1953	2/09/1960
Malhada	29/11/1961	30/11/1961
Matina	05/04/1989	6/04/1989
Morpará	16/07/1962	25/07/1962
Muquém do S. Francisco	13/06/1989	14/06/1989
Oliveira dos Brejinhos	01/06/1891	16/02/1954
Paratinga	23/03/1745	16/02/1954
Riacho de Santana	13/08/1878	17/02/1954
Serra do Ramalho	13/06/1989	13/06/1989
Sítio do Mato	24/02/1989	24/02/1989

Fonte: Projeto Geografar / UFBA.

Em estudo realizado pela FUNDIFRAN relativo ao período de 1970-71, a região encontrava-se pouco integrada, não sendo possível identificar “polos” que exercessem efeitos dinamizadores sobre o conjunto dos municípios. Havia somente cidades ou municípios de maior ou menor importância relativa, quando comparados entre si, mas as repercussões e inter-relações entre os mesmos eram reduzidas. No mesmo estudo foram identificados também vínculos de dependência externa com outras regiões, o que reforçava a ideia do baixo grau de articulação interna.

A partir do final da década de 70 destaca-se uma maior intervenção governamental na região por meio da construção de rodovias e da implantação de projetos de irrigação. Para tanto, no início de 1972, foi criado o PROVALE (Decreto Lei nº 1.207, de 07. 02.1972) com o objetivo de modernizar e dinamizar a região. Este projeto priorizava a proteção das margens e melhoria da navegabilidade do rio São Francisco; obras de urbanização, infraestrutura social e de saneamento; implantação de projetos de reflorestamentos e de irrigação; criação de parques nacionais; e construção de rodovias, dentre elas a BR-242 que liga Barreiras a Ibotirama. As construções das pontes sobre o rio São Francisco foram outros importantes traços de desenvolvimento do Médio São Francisco, uma vez que permitiu a conexão com Salvador e Brasília.

Neste processo, Barra, antiga “rainha” foi sendo rapidamente deslocada como centro regional, enquanto que Bom Jesus da Lapa se destacava como o único município com perímetros irrigados da região, concentrando o maior volume de investimentos e a melhor infraestrutura urbana. Situada em um entroncamento rodoviário estratégico, que liga Salvador a Barreiras e Brasília, o município foi dinamizado pela construção de uma das três pontes existentes sobre o rio São Francisco, além do seu papel como centro de turismo religioso que contribuiu para sua ampla dotação hoteleira e comercial. Nas décadas de 80 e 90, o processo de urbanização se consolida em boa parte dos municípios do Velho Chico, em consonância com o ocorrido em outras regiões do país.

ASPECTOS GEOAMBIENTAIS

CLIMA

O clima da região é seco, subúmido e semiárido. A temperatura média anual atinge 24,0 °C, enquanto a máxima alcança 45,0°C e a mínima a 16,1 °C. O período chuvoso distribui-se entre novembro e janeiro. Pluviosidade anual: média 772 mm, máxima 1.243mm e mínima 356 mm. Na bacia hidrográfica do Rio São Francisco e ao longo de sua margem, os ventos predominantes sopram de sul - leste - norte durante a maior parte do ano. A velocidade média anual dos ventos varia de 1,7 m/s, em torno de 435 m de altitude e a 4,2 m/s nas altitudes superiores a 800 m, sendo que as maiores correntes de ventos ocorrem em setembro e no período de inverno. Os municípios da região estão inseridos na zona do Polígono das Secas, promovendo alto risco de seca, devido especialmente à extensão dos períodos de estiagem que com frequência ocorrem na bacia do Médio São Francisco.

SOLOS

Os solos indicam a presença principalmente dos tipos latossolo vermelho – amarelo álico e solos aluviais eutróficos. O solo Latossolo Vermelho-Amarelo Álico constitui as unidades de solo de maior extensão, ocupando grande parte do relevo plano e suave ondulado entre a Serra do Espinhaço e o Vale do Rio São Francisco. Apresenta saturação com alumínio, forte acidez e baixa saturação de bases. O Latossolo Vermelho - Amarelo é encontrado em praticamente todo o Território, exceto nas áreas mais próximas ao Rio São Francisco. Os Solos Aluviais Eutróficos são encontrados quase que exclusivamente ao longo do rio, geralmente às margens, e como há deposição de sedimentos ao longo do percurso, é um solo extremamente fértil.

VEGETAÇÃO

Na margem direita do Rio São Francisco e na Bacia do Rio Paramirim e Santo Onofre a flora se revela rica em biodiversidade. Na margem esquerda do Rio

São Francisco e nas Bacias do Rio Corrente e do Rio Grande encontram-se áreas de transição cerrado/caatinga. Como principais formações florísticas podem se mencionar as zonas de Caatinga, Floresta Estacional Decidual Montana, as Zonas de Tensão Caatinga Cerrado, as Matas de Galeria e Matas Ciliares. Apesar de ainda rica, a flora da região vem sofrendo perdas consideráveis pela ocupação antrópica, destacando-se, a pecuária extensiva, o extrativismo de madeira e minérios, e a agricultura. Nas formações florestais mais densas nas zonas montanhosas são encontrados indivíduos arbóreos com porte elevado que podem alcançar até 20 metros de altura, destacando-se o pau d'arco, a baraúna, enquanto nas zonas de caatinga são encontradas populações significativas de juazeiro, quixabeira, umburana de cambão, catingueira e jurema, entre outras. No entorno das cidades a ocupação do solo e cobertura vegetal é dada, por um lado, por um notável predomínio de vegetação de Estepe (Caatinga) e pelo outro por áreas antropizadas com pastagem capoeira e áreas de cultivo. Basicamente, todos os cursos de água e encostas marginais estão ocupados com pastagens e roçados, tendo sido extraídas as matas ciliares e/ou de galerias. As regiões das Coberturas, especialmente no entorno dos eixos rodoviários e para o sul, encontram-se também bastante degradadas, formando extensas áreas com vegetação rarefeita de capoeira em estágio inicial a intermediário de regeneração.

RECURSOS HÍDRICOS

O Território Velho Chico tem como referência a calha do Rio São Francisco, no trecho denominado médio São Francisco. Na sua composição hídrica encontram-se as Bacias dos Rios Paramirim e Santo Onofre, Bacia do Rio Grande, Bacia do Rio Verde Jacaré, Rio das Rãs e Rio Carinhanha e Bacia do Rio Verde Grande que são seus afluentes e tributários. O rio Grande que desemboca no São Francisco na cidade de Barra, o rio Paramirim e que deságua no São Francisco no município de Morpará, o Santo Onofre que deságua em Ibotirama, o rio Corrente em Sitio do Mato, além dos rios Carinhanha no município de Carinhanha e do rio Verde Grande na cidade de Malhada. O Território também é banhado por outros pequenos rios como: Rio das Rãs, Riacho de Santa Rita, Riacho Brejo Velho. Várias outras fontes naturais, córregos, riachos, lagoas, brejos, alagadiços e cachoeiras e nascentes são encontrados no Território. Nas cidades próximas à Chapada Diamantina, como Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos, diversos mananciais de águas são

encontrados. Nos Brejos da Barra existem grandes áreas cobertas com fontes de águas naturais. O potencial dos aquíferos ainda é pouco explorado; na cidade de Ibotirama se faz a exploração comercial de água mineral em duas fontes particulares.

RECURSOS MINERAIS

O Território é muito rico em minerais, nas cidades do sul / sudeste, a partir de Bom Jesus da Lapa, os solos são ricos em ardósias, argilitos, calcários, dolomitas, depósitos eluvionares e coluvionares, depósitos fluviais. Nas cidades ao norte, a partir de Paratinga, encontram-se também arenitos feldspáticos, gnaisses, quartzitos, calcários, etc. As cidades de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas notadamente são as de maior exploração do garimpo do cristal de rocha e encontram-se também formações ferríferas, mármore, quartzitos e xistos, entre outros. Nestes dois últimos municípios existem empresas mineradoras de grande porte. Apesar da exploração do cristal ser feita por grandes mineradoras, muitos habitantes, principalmente da zona rural, ainda praticam a atividade de garimpagem de forma artesanal, sobrevivendo dela durante os períodos de estiagem.

RECURSOS ENERGÉTICOS

Em Bom Jesus da Lapa está sendo implantados os parques de energia solar, devido o potencial da região já reconhecido por estudos oficiais.

No Território encontram-se quatro Parques Eólicos, três em funcionamento nos municípios de Igaporã e Brotas de Macaúbas; e o terceiro em fase de implantação em Igaporã e Riacho de Santana.

Nos próximos anos a Bahia deverá ter mais de 34 parques eólicos que, quando estiverem em funcionamento, terão a capacidade de gerar de 977,4 MW, o suficiente para abastecer cerca de quatro milhões de residências.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Segundo dados recentes do IBGE, o território possui uma população de 370.102 habitantes, sendo que 197.622 residem na zona rural. Com uma área de

46.334,80 m², possui uma baixa densidade demográfica, ou seja, 8,2 hab/km², o que comprova que a região é pouco povoada, bastante inferior à média do Estado, que é de 23,1 hab/km². O IDH médio é de 0,48 em 2010. O município com maior IDH do Território é Ibotirama, considerado pelo PNUD como cidade de médio desenvolvimento humano.

As principais populações tradicionais do Velho Chico são: 1) Comunidades de Fundos de Pasto nos municípios de Brotas de Macaúbas Oliveira dos Brejinhos: sistema de ocupação coletiva da terra por comunidades, em geral, com certo grau de parentesco. Esta ocupação dá-se na forma de sistema agropastoril; 2) Comunidades Quilombolas nos municípios de Bom Jesus da Lapa, Muquém do São Francisco, Paratinga, Sitio do Mato, Malhada, Riacho de Santana e Carinhanha, dentre outros: foram reconhecidas 33 Comunidades Rurais Quilombolas; 3) Comunidades dos Brejos no município de Barra: constituída por 47 localidades e tem uma população estimada em 25.000 habitantes, numa extensão de 280 mil hectares; 4) Comunidades Indígenas nos municípios de Ibotirama, Muquém do São Francisco e Serra do Ramalho: Nas aldeias Tuxá, Kiriri e Pankarú/Pataxó HãHãHãe existem 1430 pessoas aproximadamente, vivendo numa área total de 3062 ha; Especificamente os Pataxós HãHãHãe é um grupo formado por 21 índios vindos de Itajubá da Colônia em 1974 e desde então se encontram em Serra de Ramalho na comunidade de Caldeirão Verde, estão em processo de articulação com a FUNAI e INCRA para reconhecimento da aldeia.

ASPECTOS ECONÔMICOS

A maior produção agropecuária do Território está relacionada com as cadeias produtivas da mandiocultura, apicultura, bovinocultura, piscicultura, horticultura, avicultura, artesanatos e a ovinocaprinocultura, as quais se sobressaem das demais como fontes de geração de renda. A cana-de-açúcar e o feijão também são culturas temporárias de grande relevância na renda dos agricultores.

A cultura permanente de maior destaque no Território é a banana, tendo como maior produtor e polo de maior atividade econômica o município de Bom Jesus da Lapa. Além da banana, a manga, os citros e o mamão são outros destaques produtivos da região. Em todas as cidades e povoados ribeirinhos, há uma enorme quantidade de pescadores na atividade, mas a maioria pratica a pesca

de subsistência e o excedente é vendido na beira do rio, nas peixarias, a atravessadores ou nas Colônias de Pescadores. Com a criação do auxílio defeso pelo Governo Federal, todos os pescadores do Território são cadastrados em associações e filiados a instituições de pesca, colônias e/ou cooperativas.

Os primeiros tanques-redes foram instalados no município da Barra, numa parceria entre Bahia Pesca e Associação de Pescadores, em 2004. A piscicultura em tanques-redes e tanques escavados se expandiu para os municípios de Morpará, Malhada, Serra do Ramalho, Carinhanha, Muquém do São Francisco, Bom Jesus da Lapa, entre outros.

O setor de fruticultura em Bom Jesus da Lapa desponta em comercialização através da atuação da Cooperativa de Pequenos Irrigantes localizada no Distrito de Irrigação Formoso / CODEVASF, com uma central de vendas. A cadeia produtiva da apicultura está organizada através da COOPAMESF - Cooperativa Regional dos Agricultores e Apicultores do Médio São Francisco, viabilizando a comercialização seus produtos nos diversos mercados.

ESTRUTURA AGRÁRIA

Fruto do seu processo histórico de ocupação, o Velho Chico é considerado um território ainda com grande concentração fundiária, quase 70% dos municípios são classificados como altamente concentrados (GeograFAR, 2006).

As conquistas das últimas décadas são resultados diretos das lutas dos movimentos e organizações sociais da região. Em 30/09/1988 foi implantado o 1º assentamento de Reforma Agrária no Território, no município de Barra, PA Faz Itacoatiara. Segundo dados do INCRA (2016), existem atualmente no território 75 assentamentos de Reforma Agrária, que abrangem uma área de 421.449 mil ha aproximadamente, com cerca de 9.399 mil famílias assentadas. A demanda crescente por vistorias para desapropriação de imóveis rurais para fins de Reforma Agrária no estado, tem relação direta com o número de acampamentos de trabalhadores rurais sem terra existentes no estado. Levantamento recente identificou que 182 municípios possuem acampamentos com aproximadamente 40.309 famílias acampadas (INCRA, 2015).

Além da Reforma Agrária, encontraram-se outras formas de acesso à terra no Território. Uma delas é o Programa Cédula da Terra - PCT (e sua continuação, o Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF, embora que com algumas e importantes modificações), implantado com o apoio do Banco Mundial. O PCT foi oficialmente lançado no estado da Bahia em novembro de 1997, e o Território conta com 16 projetos implantados, numa área de 14.273,17 ha envolvendo 521 famílias. A média de área por família corresponde a 27,39 hectares, muito inferior ao módulo rural (65 hectares).

MUNICÍPIO	CAPACIDADE	FAMÍLIAS ASSENTADAS	ÁREA PA	DT CRIAÇÃO	NOME PA
BARRA	727	378	31172	30/09/1988	PA FAZ ITACUTIARA
BARRA	250	216	4180,1641	31/12/1997	PA BARRO VERMELHO/CANUDOS
BARRA	32	32	2251,3723	20/09/2004	PA SÍTIO NOVO
BARRA	76	40	5496,5182	20/01/2003	PA FERRADURA
BARRA	60	60	3357,3759	14/07/2004	PA UIRAPURU
BARRA	40	40	1949,959	29/04/2004	PA ANGICO
BARRA	21	20	1900,6896	14/07/2004	PA ANTÔNIO CONSELHEIRO
BARRA	163	156	6839,9663	25/10/2004	PA SÃO FRANCISCO
BARRA	16	15	1302,4428	12/08/2010	PA FAZENDA PERIPERI
BARRA	163	139	7540,2058	28/02/2007	PA FAZENDA VALE DO BOQUEIRÃO
BARRA	9	9	860,5645	09/10/2006	PPF RIBEIRÃO
TOTAL	1557	1105	66851,2585		
BOM JESUS DA LAPA	700	691	30190,7123	30/12/1996	PA PROJ.ESP.QUILOMBOLA RIO DAS RÃS
BOM JESUS DA LAPA	70	66	2317,9112	30/12/1998	PA RIO DAS RÃS II
BOM JESUS DA LAPA	35	26	1125,1739	20/11/2000	PA BOA ESPERANÇA
BOM JESUS DA LAPA	250	242	8593,8959	20/11/2000	PA SANTA RITA
BOM JESUS DA LAPA	120	113	4368,672	20/06/2000	PA CAMPO GRANDE I
BOM JESUS DA LAPA	230	227	7000	20/11/2000	PA SÃO JOSÉ/CAMPO GRANDE II
BOM JESUS DA LAPA	255	162	9241,3239	20/06/2000	PA NOVA VOLTA
BOM JESUS DA LAPA	112	79	4984,1266	29/04/2004	PA PROJ ESP QUILOMBOLA PITOMBEIRA
BOM JESUS DA LAPA	450	442	15114,8892	08/05/2003	PA BATALHA
BOM JESUS DA LAPA	155	152	9213,3912	20/09/2004	PA CURRAL DAS VARGENS
TOTAL	2377	2200	92150,0962		
BROTAS DE MACAÚBAS	46	42	1989	20/12/2005	PPF JATOBA
BROTAS DE MACAÚBAS	14	0	182	21/12/2005	PPF MONTE ALEGRE
TOTAL	60	42	2171		
CARINHANHA	107	102	2766,495	31/01/1990	PA CAATINGA DE N. S. DA CONCEIÇÃO
CARINHANHA	819	788	24382,6452	14/11/1995	PA FEIRINHA/MARREQUEIRO
CARINHANHA	137	137	4123,36	28/12/2000	PA SÃO LUCAS
CARINHANHA	36	34	1137,68	28/12/2000	PA BOQUEIRÃO E OUTRAS
CARINHANHA	45	45	1529,2708	31/10/2003	PA GERAIS SALINAS/CAATINGA DE N. SRA. CONCEIÇÃO
CARINHANHA	24	24	1559,4334	09/09/2005	PA MEL DE ABELHA
CARINHANHA	70	69	2656,712	28/12/2005	PA FAZ SANTA HELENA
CARINHANHA	43	43	1752,4837	17/12/2008	PA GERAL PITUBA
CARINHANHA	41	41	1183,8837	09/12/2003	PA BRASILÂNDIA
TOTAL	1322	1283	41091,9638		
IBOTIRAMA	31	30	1295,8148	27/03/1995	PA NOVA CONQUISTA
TOTAL	31	30	1295,8148		
MALHADA	90	90	3000	10/06/2003	PA MARRECA
MALHADA	10	0	1369,0496	07/01/2003	PA PROJ. ESP. QUILOMBOLA RUMO AO RIO
MALHADA	400	384	1421,476	16/12/2002	PA PROJ. ESP. QUILOMBOLA PARATECA
MALHADA	187	163	4440,0034	06/03/2009	PA VALE DO UIJU
TOTAL	687	637	10230,529		
MORPARÁ	100	95	7606,01	20/01/2003	PA FLORIDA
MORPARÁ	36	33	1928,1929	25/10/2013	PA REUNIDAS SALVAÇÃO
TOTAL	136	128	9534,2029		
MUQUÊM DE SÃO FRANCISCO	65	50	3077,08	25/07/1996	PA SERRA BRANCA
MUQUÊM DE SÃO FRANCISCO	34	29	1072,925	30/12/1996	PA ANICE
MUQUÊM DE SÃO FRANCISCO	64	64	2920,1	30/12/1998	PA SANTA BARBARA
MUQUÊM DE SÃO FRANCISCO	114	110	3933,1152	25/07/2006	PA MANOEL DIAS
TOTAL	277	253	11003,2202		
OLIVEIRA DOS BREJINHOS	20	12	1497	30/12/1997	PA NOVA UNIAO DA FAZ. FERRARIA
OLIVEIRA DOS BREJINHOS	23	23	904,0193	21/10/2004	PPF VARZEA ALEGRE
OLIVEIRA DOS BREJINHOS	26	18	1694,5914	21/10/2004	PPF BOA SORTE
OLIVEIRA DOS BREJINHOS	21	19	714	20/12/2005	PPF SACO DE PEDRAS II
OLIVEIRA DOS BREJINHOS	41	31	2318	20/12/2005	PPF PÉ DO MANO
OLIVEIRA DOS BREJINHOS	62	60	2558	14/12/2005	PPF VARZEA GRANDE
OLIVEIRA DOS BREJINHOS	40	37	1065	14/12/2005	PPF VÁRZEA DANTA
OLIVEIRA DOS BREJINHOS	17	17	1944	14/12/2005	PPF VÁRZEA DA PEDRA II
TOTAL	250	217	12694,6107		
PARATINGA	500	477	31842,08	24/04/1995	PA RIACHO DOS PORCOS
PARATINGA	60	61	5309,84	29/10/1998	PA NOVA UNIAO
PARATINGA	40	40	1233,6173	13/07/2004	PA SANTO ANTONIO
PARATINGA	22	22	1324,4643	04/08/2004	PA LAGOA DOURADA
PARATINGA	46	46	2269,2732	09/05/2011	PA JOVITA ROSA
TOTAL	668	646	41979,2748		
RIACHO DE SANTANA	102	96	3722,25	25/07/1996	PA BREJO DE SÃO JOSÉ
TOTAL	102	96	3722,25		
SERRA DO RAMALHO	841	707	28037,9903	14/11/1995	PA RESERVA OESTE
SERRA DO RAMALHO	209	205	5664,3707	14/11/1995	PA CSB
SERRA DO RAMALHO	600	564	20820,0551	27/11/1995	PA EXTRATIVISTA SÃO FRANCISCO
SERRA DOURADA	115	82	4872,202	29/11/2002	PA LAGOA DA ONÇA
TOTAL	1765	1558	59394,6181		
SÍTIO DO MATO	60	57	2104	31/12/1997	PA RIACHO DOS CAVALOS
SÍTIO DO MATO	60	48	2730	30/12/1997	PA REUNIDAS JOSÉ ROSA
SÍTIO DO MATO	100	92	8179,0582	31/12/1997	PA MANGAL II
SÍTIO DO MATO	105	103	6500	23/12/1998	PA NOVA ESPERANÇA
SÍTIO DO MATO	440	437	26912,7893	11/03/1998	PA VALE VERDE
SÍTIO DO MATO	120	106	7000	29/05/1998	PA QUILOMBOLA BARRO VERMELHO
SÍTIO DO MATO	60	56	3000	15/10/1998	PA MANGAL I
SÍTIO DO MATO	45	44	2026,61	30/10/2001	PA CONCEIÇÃO
SÍTIO DO MATO	58	56	2281,1193	14/11/2001	PA SÃO CAETANO II
SÍTIO DO MATO	40	34	2079,8013	17/09/2002	PA SÃO FELIPE
SÍTIO DO MATO	22	22	909,04	27/12/2002	PA MAROLÂNDIA
SÍTIO DO MATO	38	38	1285,7687	20/01/2003	PA TALISMÃ
SÍTIO DO MATO	84	83	3237,87	16/12/2008	PA IMBORÉS, BELA VISTA
SÍTIO DO MATO	29	28	1084,0484	11/12/2008	PA SANTA ROSA
TOTAL	1261	1204	69330,1052		

Fonte: INCRA (2016). PA- Projeto de Assentamento Federal; PFP- Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto

INFRAESTRUTURAS SOCIAIS

O Território é cortado por rodovias interestaduais e intermunicipais, destacando-se a BR 242 – Salvador / Brasília, via Barreiras, que liga o Território às mais importantes capitais do país. A cidade de Bom Jesus da Lapa é ponto de entroncamento das rodovias federais BR 349 - Santa Maria da Vitória / Bom Jesus da Lapa e BR 430 – Caetité, Bom Jesus da Lapa e a cidade de Malhada recebem a rodovia BR 030. Duas grandes rodovias estaduais margeiam o rio São Francisco. Na margem direita, de Malhada a Ibotirama (297 km) e de Barra a Xique-Xique (91 km) a BA 160. Na margem esquerda, de Carinhanha a Barra (426 km) a BA 161.

As infraestruturas, na área educacional, que se destacam são a implantação do Campus da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) em Bom Jesus da Lapa e Barra; O Instituto Federal Baiano – Campus Bom Jesus da Lapa; Centro Territorial de Educação Profissional (CETEP) em Ibotirama; Centro Estadual de Educação Profissional Águas (CEEP Águas) em Barra; Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus Bom Jesus da Lapa; Escola Família Agrícola Regional (EFAR) em Brotas de Macaúbas e Escola Família Agrícola (EFA) em Riacho de Santana.

Já na área da saúde, o Território dispõem do Hospital regional de Ibotirama, da Unidade de Pronto atendimento (UPA) em Bom Jesus da Lapa, dos Postos de Saúde da Família (PSFs) e dos hospitais municipais.

ASPECTOS CULTURAIS

Constata-se a existência de festas tradicionais, principalmente ligadas ao Rio. Nos povoados ainda se mantêm grupos de reisados, grupos de Pífanos, rodas de São Gonçalo, os reis do Boi, os reis da mulinha, as cavalhadas, as marujadas, as rodas de samba, samba de caixinha, guerras de espadas e as rodas de coco. Outras festividades que fazem parte do calendário regional são os eventos religiosos na cidade de Bom Jesus da Lapa, os quais são visitados por romeiros de todo o Brasil. Dentre as principais romarias, a Romaria de Bom Jesus da Lapa e a Romaria de Nossa Senhora da Soledade são as que têm maiores públicos. Três grandes movimentos artístico-culturais são marcantes no território: A Semana de Cultura realizada pela Prefeitura Municipal de Ibotirama; o Movimento Canta Vale

coordenado pela Fundação Cultural do Vale do São Francisco – FUNDASF; e as Mostras Musicais da Semana do Rio São Francisco realizada pela FUNDIFRAN. Eventos que promovem a comercialização e articulação dos atores sociais: A Feira Territorial da Agricultura, organizada pelo Colegiado Territorial do Velho Chico e a Feira de Arte e Cultura do Velho Chico organizada pela FUNDASF.

Existem 10 Pontos de Cultura no Território. Muitas comunidades dispõem de minibibliotecas arcas das letras. Os Pontos de Leitura são aproximadamente 13 projetos. Segundo dados da Fundação Pedro Calmon – FPC, todos os municípios do Território Velho Chico dispõem de bibliotecas públicas. Segundo dados do Relatório de Gestão Territorial do Velho Chico de Fevereiro de 2010, foram identificados alguns equipamentos culturais ligados às tecnologias da informação instalados pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia – SECTI. Alguns municípios dispõem de Centros Culturais. Os municípios de Igaporã, Barra, Muquém do São Francisco e Brotas de Macaúbas aprovaram projetos de implantação de cines mais cultura (cines clubes) apoiado pelo Ministério da Cultura em 2009. No Edital Cine+Cultura 2010 lançado pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia em parceria com o Ministério da Cultura, 8 projetos foram inscritos e habilitados.

O patrimônio material o Velho Chico é rico em sítios arqueológicos, grutas, cavernas, dezenas de casarões e igrejas de séculos passados. Uma das mais belas paisagens de Brotas de Macaúbas é a Pedra do Urubu, que oferece uma vista completa da cidade e da Cachoeira dos Três Reis; Em Oliveira dos Brejinhos, no Povoado de Cercado destaca-se o Sítio Arqueológico da Pedra Furada; Em Muquém do São Francisco, no povoado de Piragiba, existem achados arqueológicos com urnas funerárias (potes de barro) de índios da Tradição Aratu (Habitavam o Riacho de Santana – 700 anos atrás) e Tupi-Guarani (habitavam o circo do Zé Preto há aproximadamente 500 anos atrás) que eram enterrados com todos os seus pertences; Em Barra, além dos belíssimos casarões e igrejas, existe a beleza dos Brejos; Em Paratinga o Brejo das Moças e águas termais do Paulista; Em Bom Jesus da Lapa, o Morro da Lapa; Em Riacho de Santana a Barragem do “Giral”; Em Serra do Ramalho a Caverna da Mata Verde; Em Carinhanha o Pontal, em Sítio do Mato há também Sítios Arqueológicos.

Com apoio de editais públicos, importantes projetos com caráter territorial foram realizados no Velho Chico nos últimos anos:

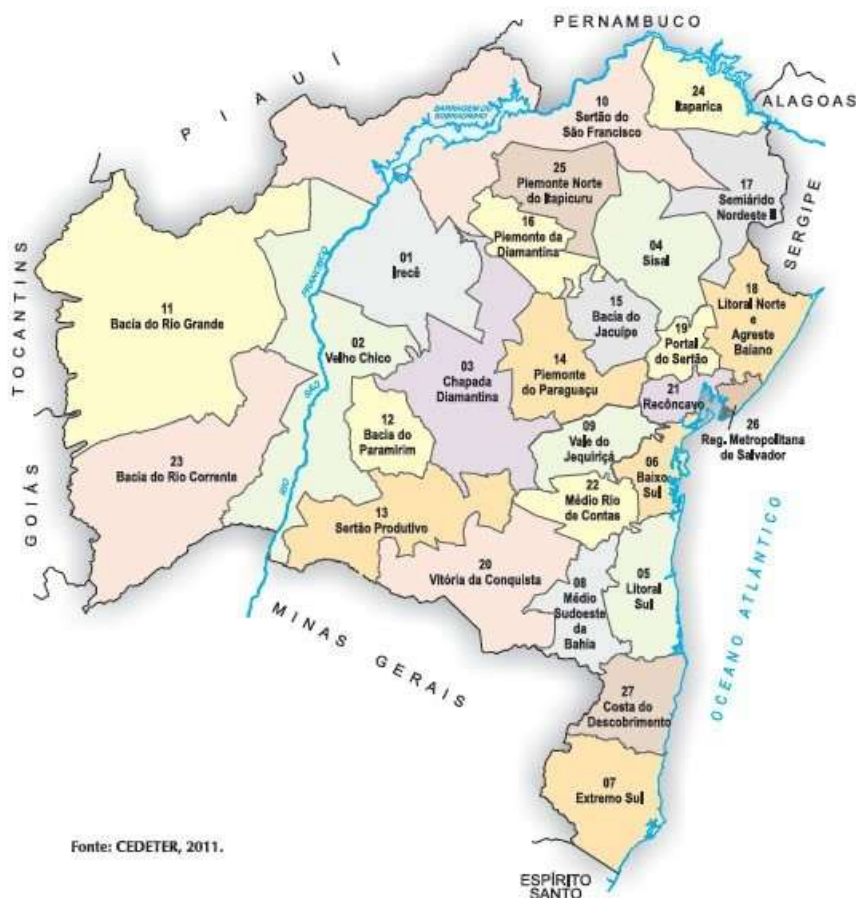
- 1) **Projeto “Semana dos Cordelistas – Ano I”**, aprovado pela FUNDIFRAN no Programa BNB Cultura 2011, coordenado por Cléber Eduão e que teve como principal objetivo o fortalecimento da literatura de cordel no Território. Foram realizadas oficinas e palestras nas comunidades e a publicação de 1000 cópias da Antologia dos/as Poetas Cordelistas do Velho Chico.
- 2) **Festival da Canção “Velho Chico Beat”**, protagonizado pelo Movimento Canta Vale e apoiado por três edições pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.
- 3) **Projeto “Redemoinho – Girando com a Cultura Popular”**, aprovado pelo Edital “Territórios Culturais”, proposto pela Associação Beneficente Comunidade de Mãos Dadas Alto do Fundão – Ibotirama. O objetivo do projeto foi fortalecer as manifestações da cultura popular, realizando oficinas, exposições, rodas de leitura e apresentações culturais em vários municípios do Território.
- 4) **Projeto “Rede de Cooperação Cultural do Velho Chico”**, apoiado pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia – Edital “Territórios Culturais” e pelo Ministério da Cultura – Edital “Cultura em Redes”. O objetivo do projeto foi realizar formação inicial e continuada de artistas e coletivos no campo das políticas culturais.
- 5) **Projeto “Encantos da Bacia 1ª edição”**, idealizado e coordenado por Cléber Eduão, em 2015 realizou mostras musicais com 77 artistas das várias cidades do Velho Chico e de outros territórios, dinamizando espaços culturais de Bom Jesus da Lapa e Oliveira dos Brejinhos. Além dos espetáculos musicais, o projeto realizou oficinas voltadas para formação cultural, elaboração/gestão de projetos e música e educação. Em 2017, com apoio do Edital Setorial de Música da SECULT, aconteceu em Ibotirama a segunda edição do Projeto Encantos da Bacia, beneficiando quase 50 artistas e envolvendo um conjunto de educadores/as e agentes culturais em oficinas formativas.

- 6) **Projeto “Música Instrumental no Velho Chico”**, selecionado pela SECULT-BA, coordenado por Hairton Gonçalves e Tokinha Cruz, dinamizou espaços culturais das cidades de Carinhanha e Paratinga, com oficinas, exposições e música instrumental.
- 7) **Projeto “Formação de Multiplicadores/as em Elaboração/Gestão de Projetos Culturais”**, aprovado pela ASCONTEC no Edital “Formação e Qualificação em Cultura” da SECULT-BA, beneficiando quase 300 multiplicadores/as de Territórios da Região Oeste da Bahia, em cursos básicos e avançados sobre Elaboração e Gestão de Projetos.
- 8) **Projeto “IV Encontro de Sanfoneiros”**, do proponente Gerri Cunha, aprovado no Edital “Culturas Populares” da SECULT-BA, com foco no fortalecimento do forró tradicional no Território Velho Chico e região.

Fruto da articulação e formação continuada de agentes culturais, protagonizadas pelo Representante Territorial de Cultura/SECULT, por gestores culturais dos municípios, pelas organizações de ensino superior (como UNEB e IFBaiano) e organizações da sociedade civil como a FUNDASF, FUNDIFRAN, ASCONTEC e Pontos de Cultura, o Território Velho Chico tem contribuído para a ampliação do número de projetos inscritos e aprovados nos editais culturais. Por exemplo, nos Editais Setoriais 2016, a SECULT contemplou projetos dos 27 Territórios de Identidade da Bahia, sendo que o Velho Chico foi um dos Territórios com mais propostas inscritas, totalizando 67 inscritos e 13 selecionados.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, iniciou o processo de implementação de uma Política de Desenvolvimento Rural Sustentável no país. Criada no ano de 2003, a SDT tinha como finalidade articular, promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos em benefício do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, como forma de reduzir as desigualdades regionais e sociais, integrando-os aos processos de desenvolvimento nacional e promovendo a melhoria das condições de vida das populações. O grande desafio enfrentado pela SDT foi articular e construir institucionalmente os territórios a partir da composição de identidades regionais, considerando-os espaços privilegiados para a concretização das políticas e das estratégias de desenvolvimento sustentável.



O Governo Federal e Estadual construíram uma agenda destinada a

enfrentar o quadro de exclusão social, tomando por base a política de desenvolvimento territorial, por meio das políticas públicas associadas à ocupação e geração de renda, fortalecimento da agricultura familiar, acesso à tecnologia da comunicação, distribuição de renda por intermédio dos programas sociais, acesso a mercados através dos programas PAA e PNAE, incentivo as cadeias produtivas, educação profissionalizante, política de créditos e de assistência técnica, acesso a água e luz - “Programas Luz para Todos e Água para Todos”, fomento às bases de serviços, melhoria da malha viária, incremento do programa do micro crédito, política de regularização fundiária, política de editais, democratização de acesso a recursos públicos pela sociedade civil, incentivo a cultura, atenção à saúde, política de gestão participativa PPA, conselhos setoriais e tantos outros contidos nas matrizes da política de desenvolvimento territorial.

O Governo do Estado da Bahia, através do decreto 12354/10 de 25 de agosto de 2010, instituiu o Programa Territórios de Identidade, com a finalidade de colaborar com a promoção do desenvolvimento econômico e social dos Territórios de Identidade da Bahia, em consonância com os programas e ações dos governos federal, estadual e municipal. No mesmo decreto, em seu art.3º instituiu o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial-CEDETER, tendo na sua composição representantes da Coordenação Estadual dos Territórios-CET e de Secretários de Estado, presidido pelo Secretario de Planejamento do Estado da Bahia.

Apesar dos desafios, a Bahia é considerado o primeiro Estado da Federação que tem demonstrado avanços significativos na implementação da Política de Desenvolvimento Territorial. No art. 1º da Lei 13.214 de 29/12/2014, no seu parágrafo único, traz uma definição clara do território no âmbito das Políticas Públicas:

(...) entende-se por Território de Identidade a unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia, constituído por agrupamentos identitários municipais, geralmente contíguos, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela

sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial conforme disposto no Plano Plurianual do Estado da Bahia.

Esta mesma lei homologou os colegiados dos Territórios de Identidade da Bahia, tarefa esta intensificada a partir de 2015.

O Governo do Estado, desde 2007 tem apoiado os territórios de identidade da Bahia, primeiro os reconhecendo como unidades de planejamento para facilitar a descentralização de políticas públicas, depois estabelecendo convênios com diversas organizações que atuam na articulação dos Territórios. Todo este esforço está focado na superação da pobreza como principal desafio da sociedade brasileira e para tanto é necessário um novo modelo de desenvolvimento, pautado em novas relações entre o Estado e Sociedade, para a concretização e implementação de políticas públicas.

Nesta perspectiva, este Plano buscou contemplar as quatro principais dimensões dos processos de desenvolvimento que são: a dimensão econômica, a dimensão sociocultural, a dimensão político-institucional e a dimensão ambiental.

Gestão Social do Território Velho Chico

A Política de Desenvolvimento Territorial é viabilizada através do coletivo de instituições do poder público e da sociedade civil que compõem o CODETER - VC. O território Velho Chico é gerido por um Colegiado Territorial, CODETER (Conselho de Desenvolvimento Territorial) , de caráter paritário, composto por representantes das instituições da Sociedade Civil, que tem atuação comprovada e estrutura funcional no território, e dos Poderes Públicos instituídos da esfera municipal, estadual e federal, respeitando as representações dos segmentos sociais.

Em 2015 foi reformulado o Regimento Interno do CODETER, alterando algumas cláusulas de acordo com a Lei Estadual de Desenvolvimento Territorial.

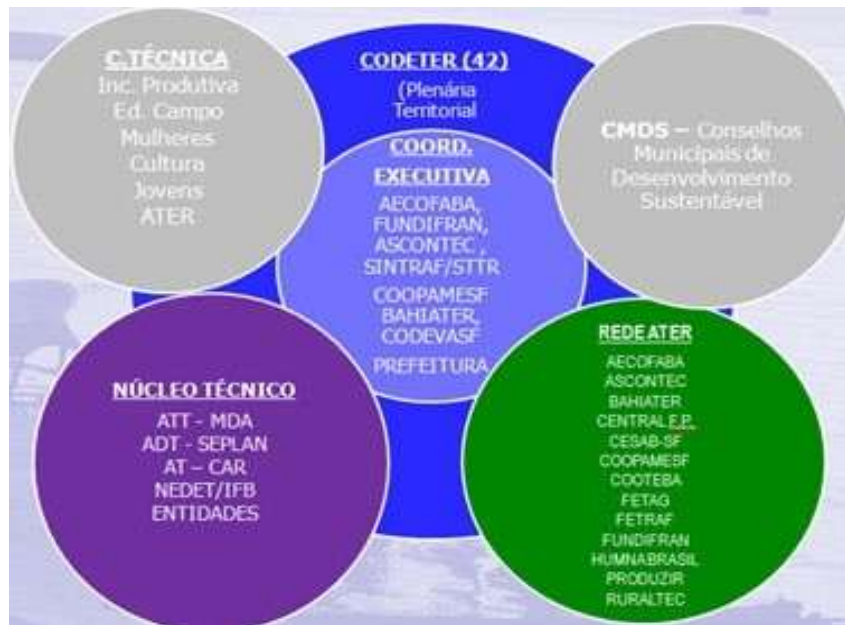
No período entre 2005 a 2015 tiveram alguns avanços importantes no

processo de gestão social. Neste sentido se destaca: a) a ampliação do número das entidades parceiras, gestoras de recursos de apoio ao território, de 01 em 2004 para 10 em 2010, constituindo a Rede Territorial de Entidades Parceiras – RETEP; b) a criação das Câmaras Temáticas, representando os seguimentos e eixos temáticos prioritários do Território; c) ampliação do Núcleo Técnico de apoio ao Colegiado; d) evolução da comercialização dos produtos da agricultura familiar para o PAA; e) a criação da Câmara Técnica Territorial de Inclusão Produtiva que já está trabalhando na análise dos projetos de fortalecimento das Cadeias Produtivas apoiados pela Companhia de Ação Regional (CAR) da Secretaria de Desenvolvimento rural (SDR); f) e a estruturação da Câmara Temática de Cultura, através do Projeto “Rede de Cooperação Cultural do Velho Chico” da FUNDIFRAN, apoiado em 2014/2015 pelo edital “Territórios Culturais” da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT) e apoiado em 2016 pelo Edital “Cultura em Redes” do Ministério da Cultura.

Dentre as Políticas Públicas que avançaram consideravelmente na última década no Velho Chico, destacam-se o campo cultural e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este último se destacou graças ao Arranjo Institucional articulado pela FUNDIFRAN, com o apoio da Base de Serviços de Comercialização, do SEBRAE e da EBDA (hoje BAHATER). Só para efeito de comparação, a comercialização no PAA saiu de R\$1, 2 mi em 2011 para aproximadamente R\$8,5 mi em 2015, um aumento de mais de 700%.

Instâncias do Colegiado

O Colegiado é composto por 42 instituições dos três setores: público, privado e sociedade civil. A Coordenação Executiva é composta por 8 instituições do poder público e da sociedade civil. Para que os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDS), estruturados em 2015, sejam de fato a base da política de desenvolvimento territorial, é necessário que o Colegiado defina estratégias de participação e intervenção destes conselhos.



No planejamento territorial de 2018 está prevista reestruturação do Colegiado com a inclusão de novos atores sociais a exemplo do Consócio Público do Velho Chico (CDS), criado recentemente no território e a eleição da nova Coordenação Executiva do Colegiado. O Termo de Adesão e Compromisso é o documento base para assegurar a adesão de todos os seguimentos sociais, governamentais e privados no Colegiado (Anexo III).

VISÃO DE FUTURO

As sucessivas etapas de elaboração deste Plano constituíram-se em um importante processo pedagógico, de reflexão e troca de saberes e experiências. O Plano é a ferramenta definidora de ações, sempre sujeito a revisão e ajustes, visando a proposição de alternativas para resolução dos problemas de maior relevância do Território Velho Chico. O Plano tem como conteúdo o planejamento das ações, aproveitando as potencialidades endógenas e as oportunidades que o Território oferece.

As ações de desenvolvimento têm como pressupostos básicos a otimização dos recursos e das iniciativas locais, a adoção de tecnologias adequadas às condições físico - produtivas do Território, a participação dos atores como sujeitos do processo, a priorização das necessidades humanas presentes e futuras e a sustentabilidade dos agroecossistemas e dos recursos naturais existentes.

Sabe-se que, por definição, o desenvolvimento sustentável pressupõe garantir qualidade de vida e de oportunidades, incorporando uma perspectiva de longo prazo que prefigura novas relações entre a economia, a sociedade e o ambiente e redefine elementos de eficiência econômica, de equidade social e de preservação dos recursos naturais.

Para atingir esses pressupostos, este Plano repousa sobre quatro princípios básicos:

- O ser humano como sujeito da intervenção: a adoção desse princípio implica pensar os atores territoriais como sujeitos da sua própria história. Cabe a eles gerar as informações, participar de suas análises, referendar os produtos obtidos em cada fase do Plano, bem como responsabilizar-se pela execução das ações propostas.
- Solidariedade: a gestão do Desenvolvimento Territorial e a sustentabilidade ao longo do tempo poderão ser operacionalizadas se fortalecidos os laços de solidariedade e convívio existentes.

- Visão sistêmica e holística: a realidade entendida como uma totalidade complexa formada por subsistemas integrados.
- Cidadania: a elevação e a consolidação do sentimento e da prática da cidadania é um dos principais horizontes do Plano, pensado como ferramenta pedagógica com a missão de despertar os agricultores/as para seu papel como atores sociais e políticos, decisivo para o sucesso de qualquer experiência de desenvolvimento sustentável.

Em outras palavras, o Plano deve ser pensado como um instrumento que pode iniciar um processo de mudança social e de criação de novas oportunidades sociais, articulando, no tempo e no espaço, a eficiência econômica, a justiça social e a conservação ambiental.

Esse processo de mudança social se concretiza em um Território com relativa homogeneidade socioeconômica e ambiental, no qual se materializam uma multiplicidade de relações sociais. Nesses espaços, diversos atores sociais e políticos, movimentos sociais, órgãos públicos e ONG's, dentre outros, cada um com suas características e especificidades, estabelecem relações de cooperação, competição, conflito, etc., através das quais poderão ser negociados consensos, pautas e agendas comuns de trabalho.

Nesse sentido, a elaboração e o monitoramento participativo do Plano significam a oportunidade de incorporar a dinâmica da agricultura familiar no Território, propondo novas alternativas de desenvolvimento econômico, social, cultural, institucional e ambiental, que potencializem os recursos naturais disponíveis e minimizem as limitações próprias do contexto regional, as quais devem revelar-se capazes de sensibilizar e comprometer outros atores e instâncias interessadas em fortalecer e multiplicar essas propostas.

Pautado nessas reflexões é que foi elaborada a visão do futuro para Território Velho Chico, a qual tem como intuito antecipar o resultado das ações a partir do conhecimento da realidade e das propostas para o desenvolvimento sugerido neste Plano, expressando o desejo de mudança e de como se pretende alcançá-la a curto, médio e longo prazo.

A definição da visão de futuro deste plano foi aprovada nas plenárias territoriais, quando os grupos de trabalho, separados por eixos aglutinadores, definiram a visão de futuro para cada eixo. De posse desses dados, o Núcleo Técnico, responsável pela elaboração do Plano, consolidou e sintetizou o trabalho num texto que tenta refletir o anseio de todos os/as atores/atrizes e sem perder de vista as dimensões do desenvolvimento e os eixos priorizados neste documento.

VISÃO DE FUTURO

O desenvolvimento sustentável e solidário do território Velho Chico, com o protagonismo da sociedade civil na proposição e coparticipação na execução das políticas públicas; com a consolidação dos sistemas produtivos que zelem pela biodiversidade; com a valorização da identidade cultural e fortalecimento das linguagens artísticas; com a implantação de sistemas de educação contextualizada; com a inclusão socioeconômica da população marginalizada e superação das desigualdades sociais, de gênero, raças e etnias, com vistas à superação de todas as formas de preconceito e exclusão social.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PLANO

GERAL

- Orientar os programas, projetos e ações de desenvolvimento sustentável e solidário no Território Velho Chico, a partir dos eixos aglutinadores, como instrumento de negociação e proposição de políticas públicas.

ESPECÍFICOS

- Servir de instrumento de negociação e diálogo com as instituições promotoras do desenvolvimento territorial sustentável e solidário;
- Contribuir na integração das políticas públicas nos níveis: Municipal, Estadual e Federal
- Fomentar o debate sobre o desenvolvimento territorial sustentável e solidário, contribuindo na identificação de novos eixos de desenvolvimento;
- Contribuir para o controle social das políticas públicas e empoderamento da sociedade civil;
- Construir caminhos estratégicos para a inclusão social e produtiva das populações colocadas em situação de risco social;
- Fomentar a Pactuação entre o Plano de Desenvolvimento Territorial e os Planos Municipais.

CAPÍTULO 2 – EIXOS AGLUTINADORES DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Os resultados aferidos nos diagnóstico apontaram para a necessidade de articulação de políticas públicas estruturantes que viabilizem o desenvolvimento a partir dos municípios, sem perder de vista a conotação territorial. A integração das políticas, tomando por base o Plano de Desenvolvimento Territorial propiciará aos grupos e comunidades potencializar os empreendimentos existentes, com vistas a alcançar os resultados previstos pelo CODETER e demais instâncias do Território.

Os eixos aglutinadores do desenvolvimento são: **1) Conservação e Uso Racional dos Recursos Ambientais, 2) Cultura, 3) Democratização do Acesso a Terra, 4) Educação, 5) Fortalecimento da Agricultura Familiar, 6) Saúde e 7) Trabalho**, os quais se consolidaram depois de amplos debates em oficinas territoriais. A metodologia utilizada contribuiu para direcionar o enfoque das ações para temas estratégicos capazes de produzirem o Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário almejado. Para cada eixo aglutinador foram definidas objetivos, estratégias e metas, como veremos a seguir.

MATRIZ DE OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E METAS

EIXO 01: Conservação e Uso Racional dos Recursos Ambientais

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS	RESPONSÁVEIS
<p>1 - Evitar o uso irracional dos recursos ambientais para garantir a juventude um meio ambiente ecologicamente equilibrado;</p> <p>2 - Promover formação e capacitação para aprofundar conhecimentos sobre a agroecologia;</p> <p>3 - Criar mecanismos que incentive a reciclagem dos materiais;</p> <p>4 - Recuperar o pasto apicultura.</p>	<p>1.1 - Realizar capacitações para os jovens em relação ao uso dos recursos naturais do Território Velho Chico;</p> <p>1.2 - Efetivar os processos de revitalização das margens do rio São Francisco;</p> <p>1.3 - Recuperação de 30% das áreas degradadas nas margens do rio São Francisco, envolvendo a juventude do Território Velho Chico;</p> <p>2.1 - Reconhecer as mulheres como agentes participativos no processo de preservação do meio ambiente, sendo elas também responsáveis pela manutenção dos recursos naturais;</p> <p>3.1 - Promover o recolhimento de materiais retornáveis e recicláveis;</p> <p>4.1. Incentivo junto aos apicultores para reflorestamento de áreas degradadas e distribuição de mudas.</p> <p>4.2. Realizar atividade educacional, visando à conscientização dos apicultores para conservação do meio ambiente.</p>	<p>1.1.1 - Realizar anualmente 1 capacitação direcionada a juventude em cada município do território;</p> <p>1.2.1 – Realizar parcerias para garantir projetos de manutenção das margens do rio;</p> <p>1.2.1 - Realizar com os/as jovens de cada município do território atividades de replantio nas margens do Rio São Francisco utilizando plantas nativas;</p> <p>2.1.1 - Realizar 2 Oficinas/ Seminários/ano;</p> <p>2.1.2 - Realizar 8 feiras agroecológicas municipais contínuas;</p> <p>3.1.1 - Apoiar 8 projetos de unidades de reciclagem de resíduos sólidos;</p> <p>3.1.2 - Criação de consórcio de resíduos sólidos;</p> <p>4.1.1 - Plantio de 40 mil mudas de plantas nativas pertencentes à flora apícola.</p>	<p>CODETER</p> <p>Conselhos de Meio Ambiente</p> <p>Secretaria de Meio Ambiente</p> <p>Instituições de ensino</p> <p>INEMA</p> <p>Instituições de Assistência Técnica</p> <p>SEMA</p>

EIXO 02: Cultura

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS	RESPONSÁVEIS
1 - Promover o desenvolvimento da cultura no Território Velho Chico, através de ações envolvendo a juventude, enfatizando a participação dos/as jovens do meio rural e comunidades tradicionais;	1.1 - Fomentar as atividades culturais com os/as jovens do Território Velho Chico, priorizando a juventude do meio rural e comunidades tradicionais;	1.1.1 - Realizar um festival anual de calouros com a juventude em todos os municípios do Território Velho Chico;	Agentes culturais dos municípios do Território Velho Chico Poder Público Municipal, Estadual e Federal
2 - Assegurar autonomia e protagonismo feminino através da participação nos projetos culturais;	1.2 - Fortalecer as diversas atividades e manifestações culturais presentes no Território Velho Chico, priorizando o rural e povos e comunidades tradicionais;	1.1.2 - Realizar anualmente um sarau literário com a juventude em todos os municípios do Território Velho Chico;	CODETER Câmara Técnica de Cultura
3 - Realizar o Mapeamento das Manifestações Culturais do Território Velho Chico;	1.3 - Convocar membros de grupos, movimentos, entidades existentes para descentralização dos projetos voltados para a juventude, visando atingir as comunidades rurais com monitores para trabalhar todos os segmentos rurais;	1.1.3 – Incentivar a criação de editais específicos para a juventude do Território Velho Chico;	Secretaria de Cultura do Estado Ponto de Cultura Ação Griô (Lençóis);
4 - Fortalecer o patrimônio material e imaterial do Território Velho Chico;	2.1 - Assegurar a participação ativa das mulheres em todos os ambientes culturais;	1.1.4 – Incentivar a criação de editais específicos para os/as jovens do rural e de comunidades tradicionais.	IPAC (Programa Patrimônio); Editais Públicos
5 - Apoiar a Ação Griô no Velho Chico;	2.2- Possibilitar a produção <i>cultural das mulheres</i> dando visibilidade a história de vida delas;	1.2.1- Promover anualmente nos municípios do Território Velho Chico um encontro de formação com a juventude para incentivá-los no fortalecimento das culturas tradicionais;	Instituições do Colegiado Territorial
6. Apoiar os centros estratégicos de comercialização de arte e artesanato;	3.1- Elaborar calendários das manifestações artístico-culturais do Território;	1.2.2 - Realizar anualmente no Território Velho Chico Semana Cultural da Juventude, constando em sua programação: cursos, oficinas, seminários, rodas de conversas e atividades culturais, visando incentivar a participação dos jovens no fortalecimento das culturas tradicionais;	Iniciativa Privada
7 - Apoiar a implementação dos Sistemas Municipais de Cultura;	3.2 - Editar vídeo-documentário com as manifestações artístico-culturais do Território;	1.3.1 - Realizar anualmente um encontro de jovens dos segmentos artístico-culturais em todos os municípios do Território Velho Chico;	
8 - Apoiar a formalização de grupos artístico-culturais;			
9 - Apoiar a formação em cultura;			
10 - Apoiar ações literárias e bibliotecas no Território.			

	<p>3.3 - Elaborar material pedagógico específico pautado nas pesquisas desenvolvidas pelo Projeto;</p> <p>3.4 - Realizar oficinas de sensibilização com educadores e educadoras que atuam nas comunidades beneficiadas pelo Projeto;</p> <p>4.1 - Realizar oficinas e seminários temáticos sobre patrimônio material e imaterial no Território;</p> <p>4.2 - Levantar, registrar e inventariar os principais patrimônios do Velho Chico;</p> <p>5.1. Realizar um diagnóstico Territorial, para identificar os mestres griôs do Velho Chico;</p> <p>5.2. Debater a pedagogia griô com educadores/as do Território Velho Chico;</p> <p>6.1. Elaborar projetos de apoio a centros estratégicos de comercialização de arte e artesanato;</p> <p>7.1. Realizar oficinas de sensibilização com os gestores municipais e comunidade cultural;</p> <p>8.1. Realizar oficinas de institucionalização de grupos artístico-culturais;</p> <p>9.1. Realizar cursos para Formação de</p>	<p>1.3.2 – Incentivar o debate para desburocratizar o processo e critérios de avaliação para que a juventude, principalmente os/as jovens do rural e comunidades tradicionais possam acessar editais;</p> <p>2.1.1 – Realizar feiras culturais para divulgação de talentos femininos;</p> <p>2.1.2- Realizar 1 Seminário/Município anualmente;</p> <p>2.1.3 - Realizar Seminário Territorial;</p> <p>2.2 - Apoiar projetos culturais;</p> <p>3.1.1. Imprimir 1000 cópias do Calendário das Manifestações Culturais;</p> <p>3.2.1. Produzir 01 vídeo e prensar 500 DVDs;</p> <p>3.3.1 - Imprimir 1000 cópias da material didático-pedagógico com as manifestações culturais do Território;</p> <p>3.4.1 - Realizar 16 oficinas com educadores/as do Território, beneficiando todos os municípios;</p> <p>4.1.1 - Realizar 32 atividades no Território voltadas para o debate sobre patrimônio;</p> <p>4.2.1 – Contribuir para o registro e inventário de 50% dos principais patrimônios culturais do Velho Chico;</p> <p>5.1.1. Imprimir 500 cópias do mapeamento dos mestres griôs do Velho</p>	
--	---	---	--

	<p>Agentes/Gestores Culturais do Território em Políticas Culturais;</p> <p>10.1. Apoiar a publicação de antologias de poetas/poetisas do Território;</p> <p>10.2. Qualificar equipes das bibliotecas municipais com cursos e oficinas.</p>	<p>Chico;</p> <p>5.2.1. Realizar 03 seminários sobre pedagogia grão no Território, beneficiando um total de 150 educadores/as;</p> <p>6.1.1. Elaborar 03 projetos de construção dos centros estratégicos de comercialização de arte e artesanato, beneficiando as três zonais (Ibotirama, Bom Jesus da Lapa e Carinhanha);</p> <p>7.1.1 Realizar 32 oficinas de sensibilização sobre o SMC com gestores e a comunidade cultural;</p> <p>8.1.1. Realizar 16 oficinas sobre institucionalização de grupos, beneficiando 1 grupo por município do Território;</p> <p>9.1.1. Realizar 32 cursos com agentes e gestores culturais sobre políticas culturais;</p> <p>10.1.1. Publicar 1000 cópias de antologias de poetas/poetisas do Território;</p> <p>10.2.1. Qualificar 16 equipes de bibliotecas, beneficiando todos municípios do Velho Chico.</p>	
--	--	--	--

EIXO 03: Democratização do Acesso à Terra

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS	RESPONSÁVEIS
<p>1 - Avançar na efetivação das demandas solicitadas pelas áreas de reforma agrária, de agricultores/as familiares e comunidades tradicionais do Território Velho Chico;</p> <p>2 - Criar ações com foco na reforma agraria e regularização fundiária, a qual seja acompanhada de todas as políticas necessárias para o desenvolvimento do território,</p>	<p>1.1 - Promover a regularização fundiária das áreas ocupadas, priorizando agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, e regiões de conflitos com investimento em infraestrutura, de forma que seja garantida a permanência do jovem no campo;</p> <p>1.2 - Garantir maior agilidade nos processos e procedimentos referente à regularização fundiária;</p> <p>2.1 - Realizar uma auditoria sobre as terras devolutas do estado para obter a regularização fundiária que deve ser feita pelo Governo do Estado;</p> <p>2.2 - Promover uma maior articulação para que as mulheres tenham acesso a políticas públicas específicas.</p>	<p>1.1.1 - Apoiar, incentivar e promover ações para os movimentos sociais de luta pela terra;</p> <p>1.2.1 - Realizar um seminário anual para discutir Reforma Agrária no Território Velho Chico;</p> <p>2.1.1 - Assegurar que 70% das mulheres tenham acesso a DAP;</p> <p>2.1.2 - Formar uma rede entre os movimentos sociais do campo em defesa dos direitos das mulheres camponesas, priorizando as mulheres das comunidades tradicionais;</p> <p>2.1.3 - Garantir titulação de 100% das Terras de Comunidades Quilombolas e Tradicionais TDPR;</p> <p>2.2.1 - Apoiar a luta pela reforma agrária;</p>	<p>Governo do Estado</p> <p>Governo Federal</p> <p>INCRA</p> <p>CDA/SDR</p>

EIXO 04: Educação

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS	RESPONSÁVEIS
<p>1 – Promover educação de qualidade para os jovens, priorizando a juventude do meio rural e comunidades tradicionais;</p> <p>2 - Transformar o campo em um espaço que permite ao sujeito refletir sobre suas ações, sobre as relações sociais, seu meio e si mesmo, sem dissociar os saberes acadêmicos da história da sociedade, pautando-se nos princípios que respeitem a realidade dos indivíduos, garantindo uma intervenção mais qualificada, consciente e eficiente na sociedade e no meio ambiente;</p> <p>3. Dar continuidade a qualificação e divulgação da Proposta Pedagógica de Educação do Campo do Velho Chico;</p> <p>4. Buscar ampliação da oferta de cursos do PRONERA no Território.</p>	<p>1.1 – Promover a formação dos profissionais da educação no intuito de promover o ensino contextualizado para a juventude do Território Velho Chico;</p> <p>1.2 - Potencializar uma rede entre as escolas de ensino médio com o colegiado estudantil;</p> <p>2.1 - Possibilitar acesso à Educação de mulheres que não tiveram oportunidade de estudo por diversos motivos;</p> <p>2.2 - Criar cursos profissionalizantes visando a geração de renda no meio rural;</p> <p>3.1. Articular a realização de cursos de formação continuada para educadores/as do campo;</p> <p>3.2. Realizar oficinas e seminários com os gestores municipais e movimento sociais para implementar o Projeto Político Pedagógico de Educação do Campo;</p> <p>3.3. Imprimir e distribuir materiais didáticos sobre Educação do Campo;</p> <p>4.1. Implantar cursos com foco nas cadeias produtivas prioritárias do Território;</p> <p>4.2. Implantar o curso</p>	<p>1.1.1 - Realizar anualmente um intercâmbio entre jovens do meio rural e urbano em todos os municípios do Território Velho Chico;</p> <p>1.2.1 - Realizar anualmente um/a seminário/oficina com a juventude e profissionais da área de educação em todos os municípios do território;</p> <p>1.2.1 - Realizar anualmente no Território Velho Chico uma Semana de Atividades (oficinas, seminários e rodas de conversas) com a juventude e profissionais da área de educação;.</p> <p>2.1.1 - Garantir que 100% das mulheres tenham acesso a informações bem como ativa participação nos programas e projetos disponibilizado no Território Velho Chico;</p> <p>3.1.1. Realizar 4 encontros com representantes de institutos federais e universidade da região para debater o assunto;</p> <p>3.2.1. Realizar 06 oficinas e 02 seminários com gestores e movimentos sociais para debater a qualificação da Proposta Pedagógica de Educação do Campo do Território;</p> <p>3.3.1. Imprimir 1000 cópias de materiais didáticos sobre Educação do Campo e distribuir para educadores/as de todos os</p>	<p>Secretarias de Educação Municipal;</p> <p>Colegiado Estudantil Instituições de Ensino (Universidades, Institutos, EFAS, EMITEC, etc);</p> <p>Parceria com Prefeituras Municipais / MDA /MEC Secretaria Estadual de Educação / FPC-SECULT</p> <p>MDA – Movimentos Sociais.</p>

	<p>técnico de Enfermagem;</p> <p>4.3. Implantar o curso superior de pedagogia da terra.</p>	<p>municípios do Território;</p> <p>4.1.1. Implementar 4 turmas com foco nas cadeias produtivas do Velho Chico;</p> <p>4.2.1. Implementar 01 turma do curso técnico de enfermagem;</p> <p>4.3.1. Implantar 02 turmas do curso da pedagogia da terra</p>	
--	---	---	--

EIXO 05: Fortalecimento da Agricultura Familiar

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS	RESPONSÁVEIS
<p>1 - Garantir a sucessão da juventude rural e acesso a crédito;</p> <p>2- Apoio a grupos produtivos;</p> <p>3 - Motivar a produção agrícola sustentável;</p> <p>4 - Fortalecimentos das Associações e Cooperativas</p> <p>5 - Inclusão dos agricultores isolados na organização das cadeias produtivas;</p> <p>6 - Aumentar Produtividade e produção;</p> <p>7 – Realizar mapeamento e georrefenciamento dos apiários;</p> <p>8- Garantir a comercialização da produção dos Agricultores e Apicultores.</p>	<p>1.1 - Efetivar políticas públicas direcionadas ao jovem do meio rural, sobretudo com foco no acesso ao crédito;</p> <p>1.2 - Viabilizar a produção sustentável com ênfase em agroecologia e economia solidária, através de ações com a juventude;</p> <p>2.1- Elaboração de projetos para captação de recursos e assistência técnica continuada;</p> <p>3.1- Aderir ao Programa Uma Terra e duas Águas através da construção de cisternas de 52 mil litros e da construção de outras tecnologias de armazenamento de água para a produção de alimentos e dessedentação animal;</p> <p>3.2- Implantar e implementar tecnologias sociais;</p> <p>3.3 - Promover cursos para melhoramento das propriedades;</p> <p>4.1. Realizar cursos sobre Associativismo e Cooperativismo;</p> <p>4.2. Formalizar novas Associações de apicultores e reestruturar as existentes;</p> <p>5.1 – Realizar Seminário Territorial de Apicultura e Meliponicultura</p> <p>5.2 – Realizar</p>	<p>1.1.1 - Disponibilizar mais linhas de crédito voltadas para a juventude do Território Velho Chico;</p> <p>1.1.2 - Acesso ao PRONAF Mulher e Jovem;</p> <p>1.1.3 - Incentivar e formar os jovens para acessar e gerir as linhas de créditos direcionadas a eles;</p> <p>1.1.4 - Diminuir a burocratização da forma de acesso às políticas públicas de créditos direcionadas para a juventude do Território Velho Chico;</p> <p>2 e 3 - Realizar um processo de construção do conhecimento a partir do saber empírico dos jovens em conjunto com a implantação das tecnologias sociais. Ex: Sistema PAIS;</p> <p>4.1.1. Realizar 50 cursos sobre o associativismo e cooperativismo;</p> <p>4.1.2. Criar 10 novas Associações de Apicultura;</p> <p>4.1.3. Reestruturar 05 Associações de Apicultura;</p> <p>5.1.1. Realizar 04 seminários territoriais, 16 seminários municipais, Oficinas e Reuniões;</p> <p>6.1.1. Mapear 100% das colmeias povoadas;</p> <p>6.1.2. Mapear 100% dos Apicultores - Produtividade</p>	<p>Secretaria de Agricultura e movimentos ligados a Agricultura</p> <p>Associações, COOPAMESF e demais cooperativas do Território.</p> <p>Associações, sindicatos e demais parceiros</p>

	<p>seminários municipais, planejamentos estratégicas, oficinas e reuniões para fortalecer a cadeia produtiva da apicultura;</p> <p>6.1 - Povoar as colmeias desabitadas no TVC;</p> <p>6.2. Realizar curso de capacitação;</p> <p>6.3 – Promover ATER Continuada para os Agricultores e Apicultores do TVC;</p> <p>7.1 - Buscar parcerias com equipe que atenda a demanda;</p> <p>8.1 - Dialogar com instituições financeiras no intuito de facilitar e ampliar o crédito para os/as apicultores/as;</p> <p>8.2 - Buscar meio para garantir a inclusão das cadeias produtivas prioritárias no zoneamento agrícola;</p> <p>9.1 - Buscar novos mercados para comercialização dos produtos;</p> <p>9.2 - Ampliar a comercialização no mercado interno;</p> <p>9.3 - Consolidar a política de comercialização através do PNAE.</p>	<p>Média de 30 KG;</p> <p>6.2.1. Mapear 100% dos Apicultores capacitados;</p> <p>8.1.1. Garantir comercialização de 100% dos produtos;</p> <p>8.1.2 - Acesso ao mercado, através das políticas PAA/PNAE;</p>	
--	--	--	--

EIXO 06: Saúde

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS	RESPONSÁVEIS
<p>1. Promover ações de educação em saúde, utilizando como base a medicina preventiva, com vistas a melhorar a qualidade de vida de crianças, jovens e adultos.</p>	<p>1.1 - Garantir que todos/as os/as jovens e demais públicos do território tenham acesso à informação, de forma que seja incentivada a efetiva prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis;</p> <p>1.2- Desenvolver mutirões de exames preventivos, mamografias entre outros;</p> <p>1.3 – Realizar seminários para orientar a prevenção de doenças;</p>	<p>1.1.1 - Realizar a vacinação contra HPV para todos/os jovens;</p> <p>1.1.2 - Promover debates sobre educação sexual - Orientações para os pais em relação à sexualidade -Campanhas através da Secretaria de Saúde de prevenção as DST;</p> <p>1.1.3 - Realizar encontros em todos os municípios do Território Velho Chico com a juventude, familiares e profissionais da saúde para discutir temas voltados sexualidade e orientações voltadas à saúde dos jovens.</p> <p>1.1.4 – Contribuir para formação de jovens jovens multiplicadores/as em saúde;</p> <p>1.2.1 Atingir 85% das mulheres, priorizando as populações rurais do Território;</p> <p>1.3.1 - Realizar anualmente no Território Velho Chico uma Semana de Atividades (oficinas, seminários e rodas de conversas) com a juventude, e profissionais da saúde para discutir temas voltados sexualidade e orientações voltadas a saúde dos jovens.</p>	<p>Secretarias de Saúde Prefeituras</p> <p>Agentes Comunitários de saúde;</p> <p>Pastoral da Criança;</p>

EIXO 07: Trabalho

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS	RESPONSÁVEIS
1.1 – Garantir o cumprimento da lei do Jovem Aprendiz	1.1 - Promover o acesso dos/as jovens ao primeiro emprego, priorizando o/a jovem rural.	1.1.1 - Garantir o aumento de 30% da juventude rural com acesso ao primeiro emprego; 1.1.2 – Realizar encontros e debates com a juventude do Território para debater sobre a Lei do Jovem Aprendiz.	CODETER Universidades Públicas Prefeituras Municipais Secretárias de Estado

AÇÕES PRIORITÁRIAS

As ações a seguir foram sistematizadas e aprovadas a partir dos Eixos Aglutinadores do Desenvolvimento Territorial e destacadas como as grandes prioridades do Território Velho Chico para a sua implementação pelo Governo do Estado nos próximos quatro anos.

1. Conservação e Uso Racional dos Recursos Ambientais:

Estruturação e efetivação da Política de Pagamento de Serviços Ambientais para Agricultores Familiares.

1. Cultura

Fortalecimento da cultura popular rural por meio de novas chamadas públicas, de forma que os grupos populares de cultura possam ter maior acesso aos recursos públicos.

2. Democratização do Acesso a Terra:

Assegurar crédito adequado a ATER para as famílias assentadas da Reforma Agrária e do Crédito Fundiário

3. Educação

Ampliar a oferta de cursos universitários pelo PRONERA e Técnicos Profissionalizantes no território.

4. Fortalecimento da Agricultura Familiar

Construção e estruturação do Centro Territorial de Comercialização dos produtos da Agricultura Familiar

5. Saúde

Reforma e ampliação dos serviços de saúde do Hospital Regional de Ibotirama, aa partir de um novo modelo de gestão.

6. Trabalho

Ampliação da Política do Primeiro Emprego para os jovens das Escolas Famílias Agrícolas do Estado da Bahia.

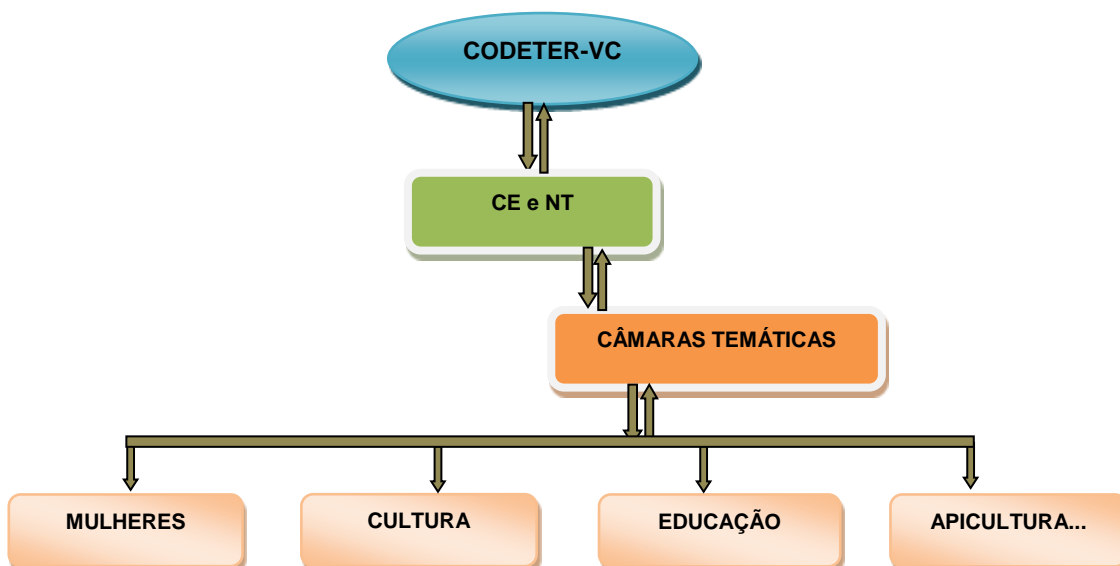
CAPÍTULO 3 – GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PTDSS

A gestão e monitoramento do PTDSS do Velho Chico será realizada pelo Colegiado e demais instâncias territoriais, como vistas a garantir uma avaliação contínua sobre o desenvolvimento das atividades abordadas e propostas no documento.

As instituições que compõem o Colegiado Territorial (CODETER), a Coordenação Executiva (CE) e o Núcleo Técnico (NE) farão o acompanhamento com foco nos objetivos e resultados previstos no Plano, contribuindo assim para o monitoramento das diversas atividades desenvolvidas, buscando a coerência com os eixos, as estratégias e metas priorizadas pelo conjunto de agentes sociais do Território.

No processo de monitoramento e avaliação, terão papel importante, as Câmaras Temáticas de Mulheres, Cultura, Educação, Apicultura e Acesso à Terra e demais parceiros do Território, dando ênfase a metodologias participativas.

Fluxograma de Monitoria do PTDSS



- **Colegiado Territorial:** O Conselho terá papel imprescindível na organização, articulação, acompanhamentos das discussões em caráter Estadual, Federal, no Conselho Territorial e no controle geral social das Políticas Públicas implementadas, bem como na monitorias através de seminários, oficinas e ações executadas pelas entidades partícipes do Território

- **Coordenação Executiva e Núcleo Técnico:** A CE e NT são importantes instrumentos instâncias de organização e acompanhamento das discussões de políticas públicas no Território, formada por entidades que tem uma forte atuação no Território. O diálogo entre essas entidades dessa rede, possibilita a troca constante de informações e a tomada de decisões para garantir o acesso as políticas públicas. A elaboração de projetos com base nas prioridades do Plano, também é papel dessas instâncias do Território.
- **Câmaras Temáticas:** O CODETER Velho Chico já conta com a existência de várias câmaras temáticas atuantes, que sempre se encontram quando há demandas programadas. São consideradas importantes instâncias do Conselho de Desenvolvimento Territorial, formadas por representações das entidades da sociedade civil e do poder público, sendo responsáveis por debater as ações e qualificação dos serviços voltados para cada setor ou eixo aglutinador. As Câmaras de Educação, Cultura, Acesso à Terra, Apicultura e Mulheres tem contribuído bastante no acompanhamento dos projetos territoriais, inclusive na qualificação do PTDSS.
- **Atividades de avaliação**
 - Seminários de avaliação e monitoramento;
 - Implementação de um sistema informatizado de monitoramento através de Banco de Dados, gerido pela CE e NT;
 - Realização de análises qualitativas diretas da opinião do público a respeito da execução do PTDSS, realizada por intermédio de contatos, visitas in-loco e/ou nos próprios fóruns de debates do Território, através das Câmaras Temáticas;
 - Reuniões e seminários das Câmaras Temáticas, CE, NT e rede de entidades parcerias do Colegiado Territorial para avaliação, monitoramento dos resultados dos projetos executados e a construção de indicadores de resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Território Velho Chico, através da organização do Conselho de Desenvolvimento Territorial - CODETER, da Coordenação Executiva – CE e do Núcleo Técnico - NT tem exercido um papel fundamental no avanço e desenvolvimento da gestão territorial, através do trabalho imprescindível das Câmaras Técnicas, bem como das contribuições dos debates das plenárias, oficinas e reuniões territoriais, principais mecanismos de participação social, utilizados para alimentar o presente Plano.

Para que as ideias fossem sistematizadas, os momentos de discussão foram realizados tendo como base metodologias participativas, de maneira que todos puderam expor e argumentar seus pontos de vista, prevalecendo o consenso e definição de diretrizes e linhas de ação voltadas para o desenvolvimento mais abrangente do Território. Contribuíram para qualificação do Plano, oficinas territoriais para debater a inclusão de novos eixos aglutinadores, bem como encontros por segmentos sociais, os quais ofereceram embasamento para atualização do diagnóstico e da visão de futuro. Todos os encontros contribuíram para disseminação de conhecimentos e informações, os quais reforçaram a constituição e definição da identidade territorial e dos principais eixos, estratégias e metas para os próximos oito anos.

Vale salientar que todo planejamento é dinâmico e, portanto, nunca estará pronto. Dessa forma, as necessidades sempre estarão se renovando. Além do mais, quaisquer que seja o Plano sempre existirão lacunas que serão preenchidas no decorrer da caminhada. O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Velho Chico estará sendo revisado constantemente, tentando decifrar e compreender as mudanças e exigências da realidade. Assim, será preciso que todos e todas, além das instâncias do CODETER, assumam efetivamente o papel de monitorar, criticar e reelaborar o presente documento, sempre que for considerado necessário.

REFERÊNCIAS

ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE AGUAS- www.ana.gov.br. consultado em 02/05/2006.

_____, *Programa de Ações Estratégicas para o Gerenciamento Integrado da Bacia do Rio São Francisco e da Sua Zona Costeira – Relatório Final da ANA/GEF/PNUMA/OEA*, 2006

ATES – CETA - Diagnóstico, 2006.

AMAVALE- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA SERRA GERAL E BACIA DO SÃO FRANCISCO. *Agropolo da Amavale - documento 1 e 2*, 2004.

ARTICULAÇÃO ESTADUAL DOS FUNDOS DE PASTO- O Fundo de Pasto Que Queremos, 2006.

BNDES – *Municípios em dados* www.federativo.bndes.gov.br/destaque (Consultado em 02/05/2006).

CAR/INTERBA- *Fundo de Pasto – Um Projeto de Vida Sertaneja*

CÂMARA DOS DEPUTADOS- *Rio São Francisco – Dossiê 500 anos*

CEAS – CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL. *O médio São Francisco: confins do Sertão Baiano. Caderno do CEAS*, nº 26/ago/1973

FERNANDES, Henry Luddy Abrahan, *Os Sepultamento do Sítio Aratu de Piragiba - Ba* (dissertação de mestrado) Salvador, 2003.

_____, *Relatório de Oficinas Territoriais*, FUNDIFRAN Dez 2006.

GEOGRAFAR/UFBA, *Acesso a Terra e Desenvolvimento Territorial no Médio São Francisco*, GeografAR/UFBA, Salvador, 2006.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, *Orientação para elaboração de Projetos nos Territórios Rurais em 2004*. p. 1-9 www.mda.gov.br

_____. *Articulando Políticas Públicas e Demandas Sociais*. Brasília, 2005.
www.mda.gov.br

PNEA/MMA, *Organização Social – Caminho para o desenvolvimento sustentável – Bacia do Rio São Francisco*, MMA, Brasília, 2002.

PNUD – PROGRAMA NACIONAL. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, PNUD, 2006.

REGIMENTO INTERNO. Território Velho Chico

SDT / MDA. *Guia para o Planejamento – Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável*. SDT/MDA, Brasília 2005.

_____, *Estudo Propositivo, Território Médio São Francisco-Ba*, SDT/MDA, Salvador, 2005.

SEI – SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980:2000*. Série Estudos e Pesquisas nº 60, Salvador, SEI, 2003.

_____, *Análise Territorial da Bahia Rural*. Série estudos e pesquisas nº 71, Salvador, SEI, 2004.

SILVA, Valdélcio Santos. *Do Mucambo do Pau Preto à Rio das Rãs - Liberdade e Escravidão na Construção da Identidade Negra de um Quilombo Contemporâneo* (ensaio etnográfico), Salvador, 1998

SOUZA, José Evangelista de. *Do Rio São Francisco à Serra do Ramalho*, 1º ed. Precisa Editora Gráfica Ltda, Belo Horizonte MG, 1991.

_____, *Comunidades Rurais Negras Rio das Rãs – Bahia*. Precisa Editora Gráfica Ltda, Belo Horizonte MG, 1991.

GTZ/PRORENDA/RURAL– DOP-Diagnóstico Organizacional Participativo para organizações de base. GTZ- Agência de Cooperação Técnica Alemã.

Verdejo, Miguel Exposito. *Diagnóstico Rápido Participativo: Um Guia Prático*.

ANEXO I – PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS DO VELHO CHICO

Apicultura



Piscicultura



Bovinocultura de Leite



Caprinocultura



Fruticultura



Mandiocultura



Artesanato



Olericultura



ANEXO II - REGIMENTO INTERNO DO CODETER

REGIMENTO INTERNO

CODETER-VC – TERRITÓRIO VELHO CHICO

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO E COMPETÊNCIA

Art. 1º. O Território Velho Chico é constituído por 16 municípios, formando uma base territorial, inexistindo limites intermunicipais, para as finalidades a que se propõe a política de desenvolvimento territorial.

Art. 2º. O território é articulado por um Colegiado Territorial, CODETER (Conselho de Desenvolvimento Territorial), com a composição de, no mínimo 50% das Organizações Civas e Privadas e, no máximo 50 % do Poder Público, representado por Instituições da esfera municipal, estadual e federal, que tenham atuação política e estrutura funcional comprovada no Território Velho Chico. Sendo garantido a participação de mulheres, jovens e demais segmentos que compõem o território.

§ 1º. O quórum mínimo de representações para a instalação e deliberação do Colegiado é de 36 organizações que tenham abrangência municipal e regional, representadas pelos poderes públicos e pela sociedade civil organizada e pelo setor privado.

§ 2º. A inclusão de qualquer organização ao CODETER será feita por meio da assinatura do TERMO DE ADESÃO E COMPROMISSO, encaminhado para a Coordenação Executiva, que por sua vez fará a sua análise e homologação em até 30 dias, em consonância com os seguintes critérios:

- a) Atuação em nível municipal, regional, estadual e federal;
- b) Representação de setores organizados da sociedade civil, poder público e setor privado;
- c) Representações legítimas de movimentos sociais, redes, fóruns e comitês, com atuação superior a um ano comprovada através de atas, listas de presenças e relatórios.

Art. 3º. As principais atribuições do CODETER são:

I- Sensibilizar, comprometer, articular e coordenar os atores sociais do território, com vistas à construção e qualificação coletiva do Plano Territorial de

Desenvolvimento Sustentável - PTDS, bem como outros documentos de promoção do desenvolvimento sustentável.

II- Promover a elaboração das Agendas de Prioridades, bem como a seleção dos projetos a serem implementados a cada fase do PROINF, (PRONAF Infraestrutura), do Programa Territórios da Cidadania e outros.

III- Articular e apoiar os arranjos institucionais do território, se responsabilizando por: mobilização, sensibilização, capacitação e acompanhamento dos mesmos.

IV- Estimular a criação de Câmaras Técnicas Temáticas, Redes Territoriais de prestação de serviços (assistência técnica, economia solidária, capacitação, educação, cultura, tecnologias apropriadas, informação/divulgação, entre outras), bem como apoiar a sua estruturação e operacionalização.

V- Encaminhar processos de negociação de programas, projetos e ações orientadas para o desenvolvimento sustentável do território.

VI- Promover o acompanhamento e avaliação do processo de desenvolvimento territorial, com encaminhamento das providências necessárias ao seu aperfeiçoamento.

VII- Instituir fundos financeiros de apoio operacional às ações territoriais.

VIII- Homologar o ingresso de novas organizações no CODETER.

IX- Contribuir na construção dos Planos Territoriais, bem como monitorar a sua execução.

Art. 4º. É facultado o ingresso de novos membros no Colegiado Territorial e de municípios no território, devendo-se obedecer aos critérios estabelecidos neste Regimento e nas resoluções do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER.

Art. 5º. Para haver uma melhor articulação entre os atores sociais, o território poderá subdividir-se em zonais e eleger os seus respectivos coordenadores.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 6º. A estrutura do CODETER possui as seguintes instâncias:

I- PLENÁRIA TERRITORIAL

II- COORDENAÇÃO EXECUTIVA

III- NÚCLEO TÉCNICO

Art. 7º. A PLENÁRIA TERRITORIAL é o órgão colegiado superior, ao qual competem todas as decisões estratégicas ligadas ao processo de desenvolvimento territorial, tais como:

I- Análise e aprovação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável, bem como das respectivas agendas de prioridades.

II- Seleção dos projetos específicos a serem implementados a cada ano.

III- Apreciação dos relatórios de acompanhamento, avaliação e definição sobre as providências de aperfeiçoamento que forem necessárias.

IV- Acompanhar projetos e programas territoriais, bem como avaliar e sugerir as mudanças necessárias.

V- Aprovar a criação de câmaras técnicas ou grupos de trabalho para agilizar estudos, elaborar e acompanhar os projetos.

VI- Indicar instituições do colegiado para contratar recursos para custear as atividades de articulação territorial.

VII- Aprovar o ingresso de novos membros no colegiado e no território.

VIII- Eleger e empossar os membros da Coordenação Executiva.

IX- Aprovar o Regimento Interno do CODETER.

§ 1º. As Reuniões Ordinárias da Plenária deverão ser convocadas pela Coordenação Executiva, devendo as mesmas ocorrer a cada 3 (três) meses e extraordinariamente. Podendo a mesma ser convocada pela coordenação executiva ou por solicitação de no mínimo 3 entidades.

§ 2º. As convocações ordinárias serão feitas por via eletrônica e/ou fax, com antecedência mínima de 15 dias.

Art. 8º. A COORDENAÇÃO EXECUTIVA (CE) será eleita pela Plenária Territorial com representações das forças estratégicas entidades e instituições atuantes no território, sendo formada, no mínimo 5 e no máximo 13 organizações representadas, respeitando a mesma composição estabelecida no art. 2º.

§ 1º. As reuniões ordinárias da Coordenação Executiva acontecerão bimensal, e extraordinariamente, quando convier. Sendo convocada pelo coordenador geral e na sua ausência pelo secretário geral, ou ainda por 2/3 da executiva.

§ 2º. Os cargos de coordenador geral, de secretário geral, coordenadores de programas, coordenadores das Câmaras Técnicas Territoriais e outros cargos de interesse, serão eleitos pela Coordenação Executiva.

Art. 9º. Compete a Coordenação Executiva:

I- Fornecer ao Colegiado todas as informações sobre as ações, programas e projetos do Território.

II- Organizar e propiciar as condições necessárias para o funcionamento do Núcleo Técnico, das Câmaras Técnicas ou grupos de trabalho para melhor executar os seus serviços.

III- Organizar as plenárias e eventos territoriais.

IV- Avaliar, em conjunto com as Câmaras Técnicas e com o Núcleo Técnico, os planos de trabalho.

VII- Representar o Colegiado na Coordenação Estadual dos Territórios - CET e nos eventos territoriais, estaduais e nacionais.

VIII- Acompanhar o plano de ações integradas do Programa Territórios da Cidadania.

IX- Acompanhar a execução dos contratos e convênios na base territorial.

X- Fomentar a formação continuada dos Conselheiros em Desenvolvimento e Gestão Territorial.

XI- Planejar, juntamente com o Núcleo Técnico, as ações territoriais, bem como monitorá-las.

§ **1º.** A Coordenação Executiva poderá ser assessorada nas suas atribuições, pelo Núcleo e Câmaras Técnicas Temáticas e/ou Setoriais, composto por profissionais de diversas áreas afins, constituídas nas plenárias territoriais.

§ **2º.** Caberá à Plenária Territorial constituir e definir o papel e funções do Núcleo Técnico, das Câmaras Temáticas e/ou Setoriais e aprovar seu plano de trabalho, que estarão a serviço do território.

Art. 10º. O NÚCLEO TÉCNICO (NT) é constituído por profissionais contratados e/ou cedidos pelas organizações membros do Colegiado, por tempo determinado, para prestar serviços de assessoria técnica, consultoria e coordenação de programas e projetos territoriais.

§ **Único.** O NT terá como atribuição essencial oferecer apoio técnico ao Núcleo Executivo e ao Colegiado.

DAS CÂMARAS TÉCNICAS OU GRUPOS DE TRABALHO

Art. 11º. As Câmaras Técnicas serão formadas de acordo com a necessidade demandada pelo Território em consonância com o plano de ações integradas e eixos estratégicos, sua composição será de, no mínimo 03 e máximo de 05 membros, sendo as mesmas dissolvidas ao findo do objeto a que a gerou.

Art. 12º. Compete às Câmaras Técnicas:

I- Elaborar Estudos, projetos de pesquisas, emitir parecer técnico, acompanhar e assessorar ações de ordem técnica.

II- Esclarecer, defender ações territoriais, perante aos agentes financeiros e outras agências de desenvolvimentos e/ou instâncias governamentais quando convocadas para estes fins.

III- Prestar informações a Coordenação Executiva e ao Colegiado, sempre que forem convocadas.

Art. 13º. Compete aos Coordenadores de Zonais:

I- Acompanhar ações do Programa Territórios da Cidadania.

II- Na ausência do Coordenador Geral, representar, junto aos municípios, a Coordenação Executiva.

III- Apoiar o desenvolvimento das atividades da Coordenação Executiva e do Colegiado.

IV- Orientar, supervisionar, juntamente com a Coordenação Executiva, as ações integradas do Programa Território da Cidadania.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS E DEVERES DOS MEMBROS DO COLEGIADO

Art. 14º. A instituição membro do CODETER só tem direito a 1 (um) voto.

Art. 15º. Os suplentes serão eleitos seguindo o mesmo critério de representação do titular.

Art. 16º. Em caso de ausência ou vacância o titular será substituído pelo suplente.

Art. 17º. O desligamento dar-se-á a pedido formal da própria instituição ou quando notificado pela Coordenação Executiva, fundamentada nas seguintes condições:

I - Quando não atender a 3 convocações consecutivas, sem justificativa formal.

II- O não cumprimento das disposições deste Regimento.

Art. 18º. As notificações serão enviadas via Correios, registradas, com Aviso de Recebimento.

Art. 19º. A instituição notificada poderá recorrer, formalmente, à Coordenação Executiva, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação.

Art. 20º. O recurso não terá efeito suspensivo até a realização da próxima Plenária Territorial, na qual o assunto será incluído na pauta do dia.

Art. 21º. Os casos omissos neste Regimento Interno serão levados à apreciação e aprovação da Planária Territorial.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 22º- O Coordenador Geral e o Secretário Geral serão eleitos pelos os membros do Núcleo Executivo.

Art. 23º. O Assessor Técnico Territorial e os outros membros do NT não possuem mandato, por se tratar de contratos de prestação de serviços, não tem direito a voto na plenária, como na Coordenação Executiva.

Art. 24º. O mandato da Coordenação Executiva será de 03 (três) anos, com possibilidade de 01 (uma) recondução.

§ **Único.** Os membros da Coordenação Executiva não poderão ser reconduzidos para o mesmo cargo.

Art. 25º. Os custos operacionais e das atividades coletivas serão custeadas com recursos oriundos de fundos públicos locais, estaduais e nacionais.

Art. 26º. Este Regimento Interno foi reformulado e aprovado em Ibotirama - BA e entra em vigor a partir da data de sua aprovação, em 21/07/2015.

Ibotirama – BA, 21 de Julho de 2015.

DO HISTÓRICO E FUNDAÇÃO

No início de outubro de 2003 as entidades de assessoria, os movimentos sociais do campo, os sindicatos dos trabalhadores rurais e suas respectivas federações, as prefeituras, bancos e órgãos estaduais e federais, foram convocados, pela CODEVASF-2ª e pela a Unidade Avançada do INCRA de Bom Jesus da Lapa para participarem de uma reunião entre os atores sociais da região do Médio São Francisco da Bahia. O evento foi realizado nos dias 10 e 11 de outubro/2003, no Panorâmico Park Hotel, na cidade de Bom Jesus da Lapa. O evento, “Oficina Territorial”, trazia como motivação a questão dos projetos do PRONAF INFRA e do Desenvolvimento Sustentável, assuntos de grande interesse de todos os atores sociais convidados. Além disso, o fato do convite partir de duas instituições históricas na região e com reconhecida idoneidade contribuiu na mobilização das organizações para esta atividade.

A primeira oficina territorial do território Velho Chico contou com a participação de 60 representantes das instituições públicas e das organizações da sociedade civil. A mesa de abertura foi composta por várias personalidades, entre outras: Paulo Cunha, consultor da SDT/MDA, Marcelino Gallo, Superintendente do INCRA-BA, Jonas Paulo, Superintendente Regional da CODEVASF, Dermeval Oliveira, Secretário Executivo da FUNDIFRAN, Hamilton Félix Mendonça, chefe da UA do INCRA e representações dos movimentos sociais.

Todas as falas dos integrantes da mesa relataram as suas expectativas destacando frases como “dias melhores”, “bons projetos”, “abertura do governo Lula para a participação da sociedade na definição de políticas públicas voltadas para o campo”, “diálogo entre os atores sociais”, “desenvolvimento sócio-econômico”, enfim, expressavam a esperança de um desenvolvimento para todos, com dignidade e justiça social.

Nesta oficina um dos destaques foi a construção do conceito de territorialidade e o levantamento dos principais eixos de desenvolvimento, os principais entraves para o desenvolvimento e as experiências de caráter

territorial. Da mesma forma a discussão e apresentação de projetos econômicos voltados, na sua maioria, para a verticalização da produção da agricultura familiar.

A organização do território teve início nesta oficina. Foram escolhidas, pela plenária, 21 instituições para compor a Comissão de Instalação das Ações Territoriais – CIAT, ou melhor, o Grupo Gestor, que saiu com a responsabilidade de conduzir o processo de avaliação e síntese dos projetos apresentados pelos grupos temáticos. A partir daí, o Grupo Gestor se reuniu várias vezes na cidade em Ibotirama, na FUNDIFRAN para dar andamento as propostas encaminhadas. A primeira vez para selecionar os projetos, conforme os critérios estabelecidos pela SDT. A segunda vez foi para elaborar os Planos de Trabalhos dos cinco projetos selecionados referentes ao orçamento de 2003 do Infra e enviar para o CEDRS.

Na oficina territorial de 03 e 04 de junho de 2004, foi apresentada pela SDT a possibilidade de custeio para as ações territoriais. No debate, foi reestruturado o Grupo Gestor,

passando a chamar de “Comitê Gestor”, paritário entre OSC's e Poder Público, com o total de 14 membros e indicada a FUNDIFRAN como entidade referência e proponente do território. Na reunião de 14 de Junho de 2004, a FUNDIFRAN pronunciou aceitando a indicação e apresentando o nome do Articulador Territorial, Dermeval Gervásio de Oliveira, como condição de assumir o papel indicado. No dia 08 de junho o Comitê Gestor protocola na SDT o seu primeiro projeto de custeio para a articulação das ações territoriais do Território Velho Chico.

O Território “Velho Chico” integra 16 Municípios do Estado da Bahia, localizados no vale do Rio São Francisco, distribuídos na margem direita pelos municípios de Brotas de Macaúbas, Bom Jesus da Lapa, Ibotirama, Igaporã, Matina, Malhada, Morpará, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga e Riacho de Santana. Na margem esquerda pelos municípios de Barra, Carinhanha, Feira da Mata, Muquém do São Francisco, Serra do Ramalho e Sítio do Mato. Esses Municípios foram homologados no dia 13 e 14 de abril de 2004, na 3ª Oficina Estadual de Construção da Estratégia para o desenvolvimento territorial. O Território Velho Chico foi homologado em 25 de setembro de 2003 pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS.

DO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Em 25 de fevereiro de 2008 o Presidente Luís Inácio Lula da Silva lançou o Programa “Territórios da Cidadania”, que tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de Cidadania por meio da estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, tendo as seguintes linhas de ação: a) universalização dos programas básicos de Cidadania; b) integração das políticas públicas, em todas as esferas públicas; c) participação social na discussão e proposição de políticas públicas.

O Território Velho Chico foi um dos 120 territórios selecionados inicialmente para participar deste programa. No seu lançamento em Brasília participaram representantes do território.

Por conta do Programa Território da Cidadania - PTC, em março de 2008, o Colegiado foi reformulado ampliando o número de seus membros de 48 para 82 instituições, com caráter paritário.

ANEXO III – TERMO DE ADESÃO E COMPROMISSO

O presente TERMO DE ADESÃO E COMPROMISSO tem por finalidade normatizar a participação das Organizações do setor Público, Privado e da Sociedade Civil no Conselho de Desenvolvimento Territorial do Velho Chico – CODETER-VC.

Pelo presente vimos manifestar, em caráter voluntário, a ADESÃO ao CODETER-VC, instância colegiada promotora do Desenvolvimento Territorial Sustentável dos Municípios integrantes ao Território Velho Chico, conforme o Art. 2º de seu Regimento Interno.

Declaro está de acordo com o Regimento Interno e ciente:

I - Das atribuições que compete aos membros do Colegiado;

II - Do direito a um (01) voto na Plenária Territorial;

III - Do direito ao desligamento do colegiado por pedido formal ou por notificação da Coordenação Executiva: a) quando não atender três (03) convocações consecutivas sem justificativa formal; b) quando não cumprir as determinações do Regimento Interno.

IV. Do direito de recorrer à permanência no Colegiado, conforme art. 19 do R.I.

V - Do compromisso em atender todas as convocações da Coordenação Executiva – CE e justificar, por escrito, no caso de algum impedimento, bem como defender a democratização das Políticas Públicas e votar propostas e projetos para o Desenvolvimento Territorial.

Local: _____, Bahia.

Data: ___/___/_____

Organização:		Sigla:	
CNPJ:	Setor: () Público () Privado () Sociedade Civil		
Endereço:		Bairro:	Nº
CEP:	Cidade:	Estado:	
Email:	Site:		Telefax:
Titular:		Celular:	
Suplente:		Celular:	
Resp. Legal:		Ass.:	

Data da Homologação: ___/___/_____

Assinatura do Coordenador/a Executivo/a: _____